

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO
JORNALISMO BACHARELADO

Edyson Waghetti Sebastiany

**VISÍVEIS QUANDO CONVENIENTE: O DISCURSO JORNALÍSTICO
LOCAL SOBRE OS POVOS INDÍGENAS NO RS**

Frederico Westphalen, RS
2023

Edyson Waghetti Sebastiany

**VISÍVEIS QUANDO CONVENIENTE: O DISCURSO JORNALÍSTICO LOCAL SOBRE OS
POVOS INDÍGENAS NO RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo – Bacharelado, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, *Campus* Frederico Westphalen (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Marluza da Rosa

Frederico Westphalen, RS
2023

Edyson Waghetti Sebastiany

**VISÍVEIS QUANDO CONVENIENTE: O DISCURSO JORNALÍSTICO LOCAL SOBRE OS
POVOS INDÍGENAS NO RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo – Bacharelado, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, *Campus Frederico Westphalen* (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Jornalismo**.

Aprovado em 06 de julho de 2023:

Profa. Dra. Marluza da Rosa (UFSM/FW) – Presidente da Banca

Profa. Dra. Claudia Herte de Moraes – Primeira Arguidora

Profa. Dra. Caroline Mallmann Schneiders – Segunda Arguidora

Profa. Dra. Andrea Franciéle Weber – Suplente

Frederico Westphalen, RS
2023

AGRADECIMENTOS

À Prof^ª. Dr^ª Marluza da Rosa, pela sábia orientação e paciência durante a escrita, nos minuciosos questionamentos e nas várias referências que perpassaram este trabalho.

À Prof^ª. Dr^ª Caroline Mallmann Schneiders, pelo detalhado parecer na fase do TCC I, com referências que marcaram este trabalho, e também pela disponibilidade de participar na banca de defesa.

Às queridas professoras Dra. Claudia Herte de Moraes e Dra. Andrea Franciéle Weber que atenciosamente aceitaram compor a banca avaliadora deste trabalho.

Aos meus pais, Carlos Adalberto Sebastiany e Myrta Regina Waghetti Sebastiany, à minha irmã Myrian Waghetti Sebastiany, à minha companheira Alanna Alambek e sua família, que me apoiaram, zelaram por mim e acreditaram em mim durante essa trajetória.

Aos meus amigos, pelas conversas e paciência nesse período que estive ausente.

Aos colegas do Projeto de Pesquisa *Discurso, Poder e Políticas da (In)Visibilidade* (DISPOLI), pelos debates que serviram de inspiração para este trabalho.

À experiência vivenciada como bolsista, tanto no Projeto de Extensão *Observatório de Comunicação Pública* (OBCOMP), quanto no Projeto de Pesquisa *Discursos de/sobre Acolhimento: Saber-Poder, Refúgio e Alteridade* (DiASPORA).

À colega Laura Bucholz, pelas revisões e pelos questionamentos que ajudaram a compor este trabalho.

À Prof^ª. Dr^ª Bedati Aparecida Finokiet, por gentilmente ter indicado leituras e apoiado esta pesquisa desde o início.

Aos demais professores do Depto. de Ciências da Comunicação – UFSM-FW, que, de uma forma ou de outra, passaram por mim e por este trabalho.

RESUMO

Nesta pesquisa, colocamos em análise a formulação do discurso jornalístico *sobre* as questões indígenas no interior do Rio Grande do Sul. Para isso, ancoramo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso com a finalidade estudar de que forma os jornais locais, por meio de seus portais online, contribuem para sustentar e institucionalizar determinados efeitos de sentido sobre os Povos Kaingangs. Tendo em vista que no ano de 2017 foram tramitados diversos projetos de lei que pretendiam *organizar* o espaço social e configuraram ameaça aos direitos dos Povos Indígenas, dentre estes destacamos a tese do Marco Temporal, objetivamos compreender quais os sentidos produzidos por dois veículos de comunicação no interior do Rio Grande do Sul acerca dos povos Kaingangs da microrregião do Médio Alto Uruguai, onde estão localizadas a UFSM campus Frederico Westphalen e as Terras Indígenas Guarita, Iraí, Nonoai/Rio da Várzea e Votouro/Kandoia, três objetivos específicos foram elencados: a) Compreender o papel da visibilidade midiática na construção da memória discursiva sobre os povos originários; b) Explorar a construção do *Lead* como uma das possíveis condições de produção do discurso jornalístico; c) Problematizar a formulação de quatro notícias, publicadas no ano de 2017, selecionadas de dois portais jornalísticos locais, próximos da Terra Indígena do Guarita, a maior do estado. Para isso, selecionamos onze Sequencias Discursivas onde lançamos a análise sobre a técnica do *Lead*. Observamos que essa técnica é uma das condições de produção do discurso jornalístico em sentido estrito, visando definir o que deve e não deve constar no início de uma notícia e que as perguntas mais enfatizadas foram "O quê", "Onde" e o "Quem", enquanto "Por quê", "Como" e "Quando" foram mais silenciadas. Essa ênfase no "O quê" e no "Onde" direciona o foco do debate público para o bloqueio do trânsito na rodovia federal, em vez de abordar mais profundamente o motivo dos protestos. Assim, essa análise abre espaço para discutirmos um jornalismo formulado a partir de outras formações discursivas, que deem maior visibilidade ao "Por quê" e possam articular melhor as questões indígenas no debate público.

Palavras-chaves: Discurso Jornalístico. Povos Indígenas. Técnica do *Lead*. Marco Temporal.

ABSTRACT

In this research, we analyze the formulation of journalistic discourse on indigenous issues in the interior of Rio Grande do Sul. For this, we are anchored in the theoretical-methodological assumptions of Discourse Analysis with the purpose of studying how local newspapers, through their online portals, contribute to sustain and institutionalize certain effects of meaning on the Kaingang Peoples. Considering that in 2017 several bills were passed that intended to *organize* the social space and constituted a threat to the rights of indigenous peoples, among which we highlight the thesis of the Temporal Framework, we aim to of understanding the meanings produced by two communication vehicles in the interior of Rio Grande do Sul about the Kaingang peoples of the Medium Upper Uruguay micro-region, where the UFSM campus Frederico Westphalen and the Indigenous Lands Guarita, Iraí, Nonoai/Rio da Várzea and Votouro/Kandoia are located, three specific objectives were listed:: a) Understanding the role of media visibility in the construction of discursive memory about the peoples originating; b) Explore the construction of the Lead as one of the possible conditions for the production of journalistic discourse; c) Problematize the formulation of four news, published in 2017, selected from two local journalistic portals, close to the Guarita Indigenous Land, the largest in the state. For this, we selected eleven Discursive Sequences where we launched the analysis on the *Lead* technique. We observed that this technique is one of the conditions for the production of journalistic discourse in the strict sense, aiming to define what should and should not appear at the beginning of a news item and that the most emphasized questions were "What", "Where" and "Who", while "Why", "How" and "When" were more muted. This emphasis on the "What" and the "Where" directs the focus of the public debate to the blockade of traffic on the federal highway, instead of going deeper into the reason for the protests. Thus, this analysis opens space for us to discuss a journalism formulated from other discursive formations, which give greater visibility to the "Why" and can better articulate indigenous issues in the public debate.

Keywords: Journalistic Discourse. Indigenous People. *Lead* Technique. Temporal Framework.

SUMÁRIO

MOVIMENTAÇÕES INICIAIS.....	8
1 CAMINHO TEÓRICO PROPOSTO.....	12
1.1 DEFININDO OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ANÁLISE DE DISCURSO.....	12
1.2 O PAPEL DA VISIBILIDADE NA MEMÓRIA DISCURSIVA.....	20
2.3 CONJUNTURA HISTÓRICA <i>SOBRE</i> O SUJEITO INDÍGENA.....	26
2 PERSPECTIVA DISCURSIVA NA FORMULAÇÃO DAS NOTÍCIAS.....	33
2.1 PROCEDIMENTOS PARA A INVESTIGAÇÃO.....	33
2.2 ANALISANDO <i>LEADS</i> DE NOTÍCIAS SOBRE OS POVOS KAINGANGS.....	35
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXOS.....	61
ANEXO I – TABELA COM LINKS PARA AS NOTÍCIAS ENCONTRADAS.....	61
ANEXO II – RECORTE DAS NOTÍCIAS SELECIONADAS.....	71
ANEXO III – MAPAS.....	74

MOVIMENTAÇÕES INICIAIS

Existem diversos textos veiculados pela mídia nos quais as produções de sentidos ajudam a construir nossa percepção sobre a vida cotidiana. A indústria cultural, conceito formulado pelos sociólogos Theodor Adorno e Max Horkheimer em meados da década de 1940, coloca em pauta as relações de consumo nas sociedades do século XX, discutindo o papel dos meios de comunicação como agentes de cidadania. Segundo Kellner (2001, p. 9), “há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana [...], modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade”. Diante disso, iremos nos debruçar sobre uma Imprensa¹ que surge no Século XV e que, ao longo do seu desenvolvimento, ancorou-se no ideário da objetividade, ganhando destaque a partir da ciência moderna, marcada por uma perspectiva dicotômica e polarizada do mundo, operando ativamente na produção de sentidos daquilo que significa ser bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente, homem ou mulher, brasileiro ou indígena.

A arqueologia tem apontado para a presença imemorial de grandes povos, estabelecidos na América, muito antes da chegada dos colonizadores, principalmente nas várzeas dos grandes rios e afluentes. Com as grandes navegações europeias e, conseqüentemente, com as invasões dos territórios, explorações das forças de trabalho, conflitos a favor da dominação colonial, epidemias, a quantidade de indígenas nas diversas regiões diminuiu drasticamente. Conforme censo de 2010, realizado pela FUNAI, em parceria com o IBGE, no Rio Grande do Sul viviam aproximadamente 33 mil indígenas de três grupos étnicos: Kaingang, Guaranis e Charruas. Se compararmos com a estimativa da população do estado para aquele mesmo ano, 10.6 milhões, notamos como a porcentagem de indígenas é pequena. Isso se reflete na baixa representatividade social que esses grupos étnicos possuem (MAESTRI, 2021). Aliada a esse comparativo, existe uma relação sócio-histórica de muitas lutas entre os povos que já habitavam as Américas e os europeus, encontradas inclusive no discurso jornalístico, que enfatiza e institucionaliza, repetidamente, determinados dizeres.

Segundo Almeida (2018, p. 624), sobre o processo de construção da sociedade e do Estado brasileiro, “os povos indígenas foram totalmente excluídos das principais legislações e documentos jurídicos brasileiros. Assim, os nativos considerados silvícolas deveriam ser catequizados, disciplinados e incorporados paulatinamente à civilização nacional”. Conseqüentemente, desde

¹ Neste trabalho, consideramos imprensa e jornalismo enquanto uma instituição desenvolvida socio-historicamente e que atua na mediação de sentidos. Assim, não abordaremos especificidades que distinguem jornalismo de imprensa.

meados do século XIX, com as diversas tentativas de implementar políticas indigenistas e de aldeamento forçado, administradas pelo Estado brasileiro, percebemos um aumento dos estudos sobre as questões indígenas nos departamentos universitários de ciências humanas e ciências sociais, tais como os trabalhos de Durham (1983), Cunha (1992), Ribeiro (1995), Almeida (2018), Zanotto e Stübe (2022) e Soares e Zattar (2022). Este trabalho tem como principal motivação dar seguimento a esses estudos, visto que os grupos étnicos indígenas frequentemente são retratados nos mais diversos discursos, e diferentes efeitos de sentido podem decorrer dessas representações. Disso, deparamo-nos com o seguinte problema: como os jornais locais contribuem para sustentar determinados discursos sobre essa temática?

Para isso, então, objetivamos compreender quais os sentidos produzidos por dois veículos de comunicação no interior do Rio Grande do Sul acerca dos povos Kaingangs da microrregião do Médio Alto Uruguai, onde estão localizadas a UFSM campus Frederico Westphalen e as Terras Indígenas Guarita, Iraí, Nonoai/Rio da Várzea e Votouro/Kandoia. Assim, para irmos ao encontro desse objetivo geral, três outros objetivos específicos foram propostos: a) Compreender o papel da visibilidade midiática na construção da memória discursiva sobre os povos originários; b) Explorar a construção do *Lead* como uma das possíveis condições de produção do discurso jornalístico; c) Problematizar a formulação de quatro notícias, publicadas no ano de 2017, selecionadas de dois portais jornalísticos locais, próximos da Terra Indígena do Guarita, a maior do estado

No ano de 2017, houve significativos desafios relacionados às pautas indígenas no Brasil. De acordo com um levantamento realizado por Sanchez (2017) para o observatório do agronegócio De Olho Nos Ruralistas, pelo menos 25 Projetos de Lei que representavam ameaças aos direitos dos Povos Indígenas e Quilombolas foram tramitados no Congresso Nacional. Esses projetos de lei encontraram respaldo no cenário político que se desenrolava desde 2016. Com a ascensão de Michel Temer à Presidência da República após o processo de destituição de Dilma Rousseff, a influente Bancada Ruralista ganhou maior poder político no Congresso Nacional, intensificando a exploração dos recursos naturais. Diante desse contexto desafiador, os povos e organizações indígenas do Brasil convocaram o Acampamento Terra Livre em Brasília, entre os dias 24 e 28 de abril de 2017, com o propósito de reunir líderes de todo o país em uma assembleia para debater e posicionar-se diante da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 e das violações dos direitos constitucionais que lhes foram conferidos. Embora a PEC 215 tenha sido arquivada, em 20 de julho de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Parecer Normativo n. 01/2017/GAB/CGU/AGU, o qual estabeleceu várias condições para a demarcação de Terras Indígenas, incluindo a tese do Marco Temporal, utilizada previamente no caso da TI Raposa Serra do Sol em 2009.

Desde então, a tese do Marco Temporal vem sendo usada pelos membros da Bancada Ruralistas como justificativa de uma busca por segurança jurídica, para que eles não sejam desapropriados de suas terras. Contrários à tese, indígenas de diversas etnias realizaram manifestações em frente ao Congresso Nacional. O objetivo desses povos era reivindicar o arquivamento da proposta que alterava as regras de demarcação de terras indígenas. A tese do Marco Temporal defende que os Povos Indígenas só teriam o direito de reivindicar determinada terra caso a estivessem ocupando no momento em que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, entretanto, ela abre brechas por não levar em conta o histórico de violência que esses povos sofreram no Brasil e os afastamentos de suas propriedades decorrentes dessas violências.

Acreditamos que este olhar para o jornalismo justifica-se por ocupar-se de questões ainda presentes no imaginário popular, tais como a falsa ideia de objetividade e imparcialidade, atribuídas ao discurso jornalístico. A cultura da mídia atual almeja grandes audiências, por isso, deve ser centro dos assuntos e preocupações sociais da vida contemporânea. Ela se organiza com base no modelo de produção de massa e, portanto, segue fórmulas, códigos e normas convencionadas, visando a acelerar os processos e atrair lucros. Uma dessas técnicas, por exemplo, é a objetividade, já vista em Traquina (2005, p. 139), como sendo “uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho”. Desse modo, a objetividade aparece como forma de produzir evidências de que as notícias não são do jornalista, desviando a atenção da subjetividade do sujeito-jornalista, afinal, o que foi dito veio da construção da notícia e caberia aos personagens inseridos nela receberem os créditos e as críticas. Entretanto, atualmente, existem percepções do quanto os valores-notícia, norteados pela noção da objetividade, são predominantemente marcados pela ideologia dominante. Para Moraes (2021, p. 115), o jornalismo está intrinsecamente relacionado a condições de poder e saber.

Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, ancoramo-nos em princípios e procedimentos da Análise de Discurso franco-brasileira, matriz que nos permite discutir e relacionar dizeres a partir de condições de produção sócio-históricas e ideológicas, levando em consideração as circunstâncias de enunciação e em relação a outros dizeres, compreendendo assim que tudo é dito a partir de algo que já foi dito antes. Então, para compreendermos os mecanismos da Análise de Discurso, o ponto de partida será a pesquisa bibliográfica.

No primeiro capítulo, na primeira seção, abordaremos a leitura e a discussão sobre os conceitos norteadores da teoria do discurso, tais como a própria definição de discurso, o entendimento de sujeito e as condições de produção do discurso. Ainda no primeiro capítulo, na segunda seção, será abordado o entrelaçamento entre a visibilidade (AUBERT; HAROCHE, 2013),

o jornalismo enquanto instituição (MARIANI, 2015) e a memória discursiva (PÊCHEUX, 2010). Sendo assim, veremos como as condições de produção do discurso jornalístico são reguladas por rituais sócio-históricos e pelas exigências de uma midiaticização permanente. Na terceira seção do primeiro capítulo, trataremos da historicidade na construção imaginária e cultural da microrregião a ser estudada. Em cada século e em cada região do país, os conflitos faziam emergir a necessidade de políticas públicas que diminuíssem as enfermidades das guerras, pestes e dos efeitos da deculturação. A questão apresentada era fundamentalmente a continuidade do sistema de aldeamento e a assimilação completa pelo Estado. Em virtude dessas e outras questões provocadoras, como problemas de infraestrutura causadas pelos confrontos, diversas leis indigenistas foram testadas. Dessa forma, tem-se, ao longo de mais de cinco séculos, a sistemática formação de um discurso colonialista que é ambíguo quanto às questões indígenas. A imagem dessas pessoas, muitas vezes, foi exaltada, servindo como metáfora da liberdade natural; outras vezes, serviu como protótipo do atraso a ser superado no processo civilizatório.

No segundo capítulo, apresentamos os procedimentos de registro/composição e análise do corpus da pesquisa, detalhando o movimento analítico e buscando entender de que forma os jornais locais contribuem para sustentar determinados discursos sobre os povos Kaingang da microrregião do Médio Alto Uruguai. Neste capítulo, colocamos em estudo o processo de formulação do discurso jornalístico, tratado enquanto uma instituição que tem como molde a produção de conhecimento *sobre*. Lançamos a análise sobre a técnica do *Lead* de quatro notícias, a fim de identificar de que forma o discurso jornalístico herda e sustenta pré-construídos sobre os sujeitos que já habitavam a América, a partir das formações discursivas colonialista e capitalista.

1 CAMINHO TEÓRICO PROPOSTO

Neste capítulo, buscaremos apresentar as noções da Análise de Discurso que serão empregadas durante a pesquisa. Além disso, abordaremos o jornalismo enquanto articulador de visibilidade no espaço público e sua relação com a memória discursiva. Esperamos que, ao final desta etapa, seja composta a lente que será utilizada para estudarmos as técnicas jornalísticas e compreendermos os efeitos da visibilidade midiática no meio social.

1.1 DEFININDO OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ANÁLISE DE DISCURSO

O primeiro conceito que abordaremos é o do próprio discurso, termo constantemente utilizado para referir-se a pronunciamentos políticos, textos, frases ou até mesmo o simples ato de se comunicar. Aqui, o discurso não tratará da língua ou da gramática, nem da fala ou do texto, mas, segundo Fernandes (2008), necessitará desses elementos linguísticos para ter sua existência materializada.

Inicialmente, antes de tocarmos a própria definição de discurso, precisamos retomar Saussure, pois, não devemos confundir discurso, como visto na Análise de Discurso, com a Fala apresentada pelo linguista suíço na dicotomia Língua/Fala. Para Saussure, a Língua é vista como uma construção coletiva, um sistema de valores distintos mas homogêneos entre sujeitos de um determinado grupo social, e esta se opõe à Fala, pois, enquanto uma é um produto social, a outra é um produto individual. A Fala, para Saussure (1916, p. 21), “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor”. Nessa perspectiva, as palavras já teriam seus significados definidos, e um indivíduo qualquer faria o trabalho de escolher minuciosamente quais gostaria de empregar na sua Fala.

O corte proposto por Saussure estabelece um novo tipo de olhar para a linguística, na qual a língua não seria estudada somente a partir de sua função, mas também a partir do seu funcionamento, ocupando-se em descrever os mecanismos que a regem e a estruturam em algum dado momento histórico. A Análise de Discurso apropria-se dessa ótica fazendo um corte teórico semelhante, entre língua e discurso. No corte, o sujeito ganha lugar novamente, mesmo que esse lugar seja ilusório. Segundo Malidier (2003, p. 22), ao explicar sobre esse movimento de Pêcheux, “Tudo se passa, escreve ele, como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um

resíduo que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema”. É a partir do questionamento do conceito filosófico de sujeito livre que Pêcheux se aproxima de outras duas correntes teóricas, o Materialismo Histórico, visto a partir da leitura de Louis Althusser, e a Psicanálise, vista a partir da teorização de Jacques Lacan, levantando questionamentos sobre ideologia e inconsciente.

A respeito do conceito filosófico de sujeito livre, Orlandi (2017) constata, a partir da leitura de Sartre, que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque ele não criou a si, e ainda assim é livre, pois tão logo é atirado ao mundo, torna-se responsável por tudo que faz. A partir dessa proposta, seria então a liberdade algo que o sujeito possui ou algo que ele é? Essa indagação nos serve, pois nos remete a pensarmos que, se um determinado sujeito é livre, ele não é nada além da própria possibilidade de ser alguma coisa. “Porque, de tudo o que nos constitui, a única coisa que não podemos escolher, de acordo com esta interpretação de Sartre, é deixar de ser livre” (ORLANDI, 2017, p. 14). Fazendo, então, um retorno para questionarmos Saussure, será que o sujeito é sempre senhor de sua fala? Será que realmente podemos/conseguimos dizer o que pensamos? Ou somos limitados por um conjunto de fatos sociais, históricos e ideológicos, onde estamos inseridos?

Para respondermos os questionamentos apresentados, precisamos prestar atenção nas condições de produção de discurso, que conduzem um sujeito a fazer escolhas, o tempo todo, entre diferentes formas de dizer. Mas, dentre todas as formas de enunciação que a língua possibilita, como o sujeito faz para selecionar quais ele vai utilizar? Precisamos retomar novamente Orlandi (2017), quando afirma, a partir da releitura de Sartre, que a liberdade é sempre situada, porque significa que todas as pessoas possuem suas possibilidades de essência demarcadas pelas suas condições de existência. Assim, as condições de produção de discurso também serão demarcadas. Tal como o sujeito está fadado a ter a ilusão de ser livre, também está fadado a ter a ilusão de ser a origem de seu discurso, desconsiderando assim os aspectos históricos, sociais e ideológicos que o envolvem.

Se queremos alcançar a definição de discurso, também precisamos pôr em estudo o entendimento da linguagem como transmissão de informação como proposto por Jakobson (1960). Na perspectiva discursiva, não se trata apenas de um processo linear no qual um emissor fala, referente a algum lugar, baseando-se em uma língua, e o receptor capta essa mensagem e a decodifica. O que a Análise de Discurso propõe, segundo Orlandi (2000), é que ambos estão realizando, ao mesmo tempo, processos de significação e que, em vez de transmissão de informação, estão produzindo discurso. “As relações de linguagem são relações de sujeito e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de

sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2000, p. 21). Dessa forma, podemos entender o discurso a partir de suas condições materiais de existência, tais como regras gramaticais, costumes sociais, formalidades etc., todos inseridos histórica, geográfica e socialmente na produção do discurso, afetados pela ideologia e pelo inconsciente.

Pêcheux (1969, p. 85) defende que as formações imaginárias “resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’”. Dessa forma, o que Pêcheux apresenta é que todo processo de produção de sentidos entre locutores é composto a partir das formações imaginárias, disponíveis para os sujeitos, por exemplo, de o que é ser jornalista, policial, indígena, brasileiro, kaingang etc.. Além disso, para o filósofo, todo processo de produção induz também transformação nas formações imaginárias, dando lugar a novas tomadas de posição. Segundo Orlandi (2000), é a partir das projeções desses lugares vivenciados pelos sujeitos, projeções essas que se formulam no imaginário, que chegamos nas posições de sujeitos discursivos, posições essas constituídas também por relações de força/poder, que podemos perceber no exemplo anterior, da Imprensa, em que existe a posição de jornalista e a de proprietário do veículo de comunicação, uma relação não simétrica entre duas posições que regulam o discurso de tal forma que os sujeitos dirão de um modo, ou de outro, segundo o efeito que eles imaginam que produzirão em seu ouvinte. A partir dessas formações imaginárias, o que Pêcheux (1969) vai chamar de antecipação, é a capacidade de um sujeito se imaginar na posição do seu ouvinte, de se projetar no outro, por meio das diferentes imagens construídas socialmente.

A partir da antecipação, nesse caso da relação imaginária entre sujeitos, mas também poderíamos relacionar com a própria realidade, na sua impossibilidade de ser alcançada, podemos discutir ideologia, formações ideológicas e formações discursivas. Começamos definindo, então, formação discursiva, a partir de Pêcheux (1988, p. 160, grifos do autor), como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e o que deve ser dito*”. Assim, na leitura de Fernandes (2008), quando nos referimos à produção de sentidos, podemos entender que, no discurso, os sentidos das palavras não são definidos, conforme atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos, dependendo das posições ocupadas pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam. O fato de que não há sentido sem interpretação atesta a existência da ideologia, já que diferentes sentidos podem ser percebidos a depender da posição na qual o sujeito está inscrito e das formações ideológicas que o perpassam.

Assim, a relação entre a ideologia e o discurso, por meio dessa perspectiva da linguagem,

pode ser entendida como de ordem material. Através do efeito da evidência, atuando como determinante para que uma palavra possua significação, podemos perceber que o sentido não é dado fora da própria constituição do sujeito, este que, segundo Orlandi (2000), é constituído na relação imaginária com as condições materiais de existência, como é o caso do jornalista que escreve notícias para a Imprensa. Dessa forma, o sentido e o sujeito são produzidos na história, no social, e o funcionamento do imaginário se articula ao efeito de diversos termos que competem em relação entre si. Para Malidier (2003), é aí que encontramos os elementos que demonstram a materialidade do discurso, a partir da concretude real de um sujeito. É com base nos tecidos evidentes do que seja trabalhar em um jornal, escrevendo notícias, veiculando-as em uma rádio, conversando com fontes oficiais, entre outras ações, que um determinado sujeito vai se identificar como um jornalista. Segundo Orlandi (2000, p. 46), “Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. Dessa forma, a perspectiva da posição de um sujeito escritor de notícias, inserido em uma redação, percebendo as técnicas jornalísticas em movimentação, dão a ele, e aos que o conhecem, evidências de que sua posição, em um determinado grupo social, é de jornalista.

Como dissemos, os enunciados não são apenas mensagens a serem decodificadas, são efeitos de sentido produzidos a partir de determinadas posições de sujeitos. Posições essas que existem no imaginário em face da realidade, variando conforme o lugar que esses sujeitos ocupam perante a sociedade, num jogo de perguntas e respostas, por meio das quais se questiona sobre: “Quem sou eu para falar assim?”, “Com quem estou falando?”, “Como devo falar aqui?”. Essa série de perguntas levantadas por Pêcheux (1969, p. 83) em sua tese nos remete a pensar que os sentidos não são assim livres de determinações, pois eles surgem a partir de condições de produção, o que implica considerarmos as circunstâncias nas quais o discurso é formulado.

Assim, chegamos a mais um conceito importante da Análise de Discurso, o de condições de produção de um discurso, que podem ser tanto as circunstâncias da enunciação, o contexto imediato, quanto em sentido amplo, incluindo o contexto sócio-histórico e ideológico. Segundo Orlandi (2000, p. 30), as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso”. Em outras palavras, essas condições compreendem tudo aquilo que torna possível a existência de um discurso, o sujeito que interpreta e a situação. Neste estudo, consideramos o *Lead* como componente das condições de produção em sentido estrito, conforme será desenvolvido na próxima seção.

Começemos a explorar as condições de produção vinculadas à noção de sujeito, este que, como vimos na concepção da ideologia, é constituído durante a interação social e nem sempre é consciente de seu dizer. É importante ressaltar isso, pois na Análise de Discurso não estamos nos

referindo a uma pessoa individualizada, plena de sua existência particular, mas a um sujeito heterogêneo, cuja voz é constituída de um conjunto de outras vozes sociais (ORLANDI, 2000). Assim, dizemos que, para o sujeito, o interdiscurso será constituído do entrecruzamento de diferentes discursos que existem no ambiente social.

Na Análise de Discurso, dizemos então que os sujeitos estão sempre em mudança, porque as posições que eles ocupam não são constantes. Se queremos veicular notícias, precisamos nos filiar às formações discursivas vinculadas à instituição da Imprensa, para que então a sociedade entenda a produção de sentido como sendo jornalística. Ao mesmo tempo, podemos produzir sentidos a partir de outras posições, como o de policial, professor ou juiz. É justamente na antecipação, de identificar-se/posicionar-se em uma hierarquia social, para ser ouvido/reconhecido, que o inconsciente e a ideologia farão acionar as escolhas de enunciação e determinarão quais sentidos espera-se que sejam produzidos. Para que exista determinada produção de sentidos, o sujeito necessita identificar-se com o que está no discurso e, para isso acontecer, deve esquecer outras possíveis produções de sentido. Este conceito é o que Pêcheux (1995) vai chamar de esquecimentos no discurso. Nas palavras de Orlandi (2000),

Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito - e este não é um esquecimento voluntário - para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. (ORLANDI, 2000, p. 36).

Sobre o esquecimento discursivo, Pêcheux (1975) vai distingui-lo então em duas formas. O esquecimento número dois, que seria da ordem da enunciação, é o que está na camada mais semi-consciente do pensamento e sobre o qual achamos que possuímos controle. É o esquecimento número dois que dá a ilusão de que o que queremos dizer só pode ser dito com aquelas palavras específicas. Já o esquecimento mais profundo é o número um, pois ele é da ordem do ideológico e do inconsciente e resulta da forma como pensamos poder controlar os sentidos contidos nos enunciados. Desse modo, entendemos que ele é constitutivo (ilusão do sujeito como origem), ao passo que o sujeito se constitui de ideologia e de inconsciente. Segundo Orlandi (2000), essa é a ilusão de que os sentidos se apresentam como se originassem de nós, por esquecermos que retomamos sentidos pré-existentes. Na realidade, o discurso não significa porque é isso que queremos, mas porque os sentidos são convocados durante a formulação, estando inscritos em determinadas condições de produção.

Sobre as condições de produção do discurso propostas por Pêcheux, Malidier (2003, p. 23)

salienta que “Trata-se de uma tentativa para caracterizar, nos termos de uma teoria social, os elementos do esquema da comunicação de Jakobson”. Dessa forma, era entendido que o emissor, o receptor e o ambiente representavam determinados lugares na estrutura social e que a sociologia, em conjunto com a psicologia, dariam conta de estudar essas estruturas. Nesse momento, é importante mencionar os trabalhos de Courtine (2009, p. 50) que tenta romper com as origens e com o caráter dominante da noção psicossociológica de condições de produção (CP). Para o autor,

O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma psicologização espontânea das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso” o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito (COURTINE, 2009, p. 51-52).

Dessa forma, Courtine (2009, p. 52-53) discute as relações de poder com o intuito de situar que o discurso não acontece somente em um determinado instante, mas que faz parte de um momento histórico, que está inserido na história. Ao comparar o discurso com cenas de uma peça teatral, onde os personagens interpretam papéis dentro de uma narrativa proposta, ou ao ringue de uma luta de boxe, onde existe um conflito para saber quem sairá vitorioso, o autor articula a teoria de forma a mostrar que compete ao analista de discurso identificar os protagonistas, decompor seus movimentos, mostrar seus alvos e determinar suas estratégias.

Isso posto, a constituição instantânea do discurso, o momento decisivo no combate verbal, é o que os teóricos da Análise de Discurso vão chamar de intradiscurso. Para Malidier (2003, p. 54), a partir da leitura de Pêcheux, o intradiscurso é definido como o “funcionamento do discurso em relação a ele mesmo (o que eu digo agora, em relação ao que disse antes e ao que direi depois), logo o conjunto de fenômenos de 'co-referência' que asseguram o que podemos chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito”. Assim, quando estamos produzindo discurso, constituímos uma rede de sentidos, que, muitas vezes, fogem do nosso entendimento ou que empreendemos sem saber o porquê.

Durante a formulação do discurso, estão presentes diversos discursos entrecruzados, diferentes vozes atravessando a produção, oriundas dos mais variados lugares sociais e momentos históricos. Disso, Orlandi (2000, p. 32) frisa que “há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação”. Dessa forma, o interdiscurso pode ser entendido como a presença de todos os dizeres já manifestados, ou das possibilidades de outros dizeres, que repousam, aguardando os funcionamentos ideológicos que interpelam os indivíduos em sujeitos,

acionando os esquecimentos e condicionando as produções dos discursos.

Assim, esse conceito de espaço onde estão presentes os diferentes discursos é definido por Fernandes (2008, p. 46) como um espaço de memória, ou memória discursiva, onde podemos encontrar os acontecimentos exteriores e anteriores ao discurso que está sendo analisado, uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. Dessa forma, o que determina o que pode e deve ser dito, segundo Orlandi (2000, p. 43), a partir de uma leitura pècheuxtiana de Foucault, é a formação discursiva, constituindo os sentidos segundo uma memória discursiva e face às formações ideológicas.

Então, ainda conforme Orlandi (2000, p. 31), para que determinado discurso faça sentido entre locutores, é preciso que antes seu sentido já tenha sido empregado, em outro lugar, independentemente dos sujeitos. Este é o conceito do interdiscurso, também chamado de memória discursiva, que disponibiliza dizeres, tornando possíveis outros dizeres. Pêcheux (1995, p. 162) vai tratar do interdiscurso como “esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, esclarecendo que ele também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas”. No que tange esta pesquisa, é a relação, por exemplo, entre os Kaingangs da microregião do Médio Alto Uruguai e a Imprensa, uma relação que é assimétrica, se considerarmos os confrontos por demarcações de terra ou as formações discursivas as quais temos acesso. Desse modo, para tratarmos da memória discursiva como constitutiva desta pesquisa, relacionamos os pré-construídos, a historicidade sobre os Kaingangs na próxima seção.

Para finalizarmos este subcapítulo, chegamos a três noções muito importantes para o desenvolvimento da Análise de Discurso e para os procedimentos metodológico-analíticos desta pesquisa, a metáfora, a paráfrase e a polissemia. Para Orlandi (2000, p. 44), “A metáfora (cf. Lacan, 1966) é aqui definida como a tomada de uma palavra por outra. Na Análise de Discurso, ela significa basicamente 'transferência', estabelecendo o modo como as palavras significam”. Assim, diferentes palavras podem ter sentidos semelhantes ou uma mesma palavra pode produzir sentidos diferentes, dependendo da formação discursiva onde estão inseridas. O que acontece no efeito metafórico é algo muito semelhante com o que acontece com os sinônimos, muito embora precisemos observar que a própria existência de palavras diferentes implica em possíveis sentidos diferentes, já que nunca duas palavras compartilham exatamente os mesmos sentidos. Assim, o que temos na metáfora é esse jogo entre o mesmo e o novo, entre paráfrase e polissemia, pois não existe sentido sem repetição do mesmo e sem a possibilidade de novos sentidos.

Segundo Orlandi (2000, p. 36), “Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Sendo assim, quando estamos

falando sobre os índios, ou sobre os indígenas, estamos retomando uma série de sentidos diferentes. Índio, por exemplo, pode ter surgido etimologicamente, segundo o dicionário Michaelis On-line², de um equívoco dos navegadores portugueses, que, ao desembarcarem nas terras brasileiras, pensaram ter chegado às Índias. Já a palavra indígena, segundo o mesmo dicionário, etimologicamente provém do latim e é relativa ao sujeito que é natural do local em que vive. É por um efeito ideológico que podemos perceber essas duas palavras como se tivessem o mesmo sentido, o que nos leva a pensar que existe algo semelhante nessas diferenças.

Já a polissemia, segundo Orlandi (2000, p. 36), “é o deslocamento, a ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco”. Sempre que falamos estamos retomando palavras, sentidos existentes, a memória, mas, ao mesmo tempo, estamos movimentando outros sentidos. Dessa forma, poderíamos pensar um exemplo polissêmico, uma outra origem para o termo índio a partir das índias portuguesas, uma ressignificação da ideia do que significa as índias britânicas, uma denominação para o domínio colonial do império britânico sobre o continente indiano, dada a histórica aliança entre Portugal e Inglaterra.

Tendo em vista a construção das noções da Análise de Discurso que fizemos nesta seção, na próxima seção, entrelaçaremos os conceitos com a noção de visibilidade e com o que a perspectiva discursiva entende sobre o discurso jornalístico.

2 Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/indio>>. Acesso em 3 no. 2022

1.2 O PAPEL DA VISIBILIDADE NA MEMÓRIA DISCURSIVA

Nesta seção, abordamos o cruzamento entre a visibilidade, a constituição da memória discursiva e o jornalismo como instituição. Conforme já mencionamos, entendemos a memória discursiva como o conjunto de discursos possíveis para um determinado sujeito.

Diferentemente da noção de memória discursiva, a noção de visibilidade é cada dia mais frequente nas discussões cotidianas, visto que as pessoas e as organizações conseguem identificar empiricamente a necessidade de captar a atenção para serem conhecidas e reconhecidas. Mas, precisamos retroceder um pouco e nos questionarmos sobre onde ser visível? Para respondermos a essa pergunta, precisamos caracterizar o espaço da visibilidade, um espaço público, onde as memórias podem ser constituídas. A partir de Arendt (2014, p. 61), podemos definir o espaço público como “a presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos [o que] garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”. Isso implica dizer que o espaço público é o domínio do comum, em razão de reunir diferentes discursos, diferentes sujeitos e possibilitar o estabelecimento de relações entre eles.

Outro autor que também chega a essa compreensão é Spurk (2013). Em sua leitura, é porque o sujeito consegue ver e ser visto que compreenderá o seu pertencimento no laço social, desenvolverá suas razões para agir, como forma de encontrar seu lugar no espaço público. Aqui podemos entender o espaço público como uma condição para a ideologia interpelar indivíduos concretos em sujeitos concretos, pela história, pela memória, levando em consideração que, “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Portanto, tornar-se visível é relacionar-se com a memória de um determinado espaço público, visto que, diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito é levado a interpretar, “colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?” (ORLANDI, 2000, p.45). Dessa forma, inferimos que a interpretação produz assujeitamento, e isso ocorre em qualquer espaço público, em quaisquer que sejam as condições de produção, pois resulta da inscrição do sujeito no simbólico e, ao mesmo tempo, produz como resultado que esse sujeito afete e seja afetado pelo simbólico. Sendo assim, segundo Aubert e Haroche (2013, p. 29), “a injunção da visibilidade na era contemporânea constitui, assim, tanto uma

condição para existir socialmente [...] quanto uma violência exercida contra cada um”, pois tanto precisamos quanto somos obrigados a ser reconhecidos para nos percebermos como pertencentes ao mundo, uma relação entre o sujeito e o outro. Relação essa que não é nivelada, pois, estamos sempre falando de posições e formações discursivas diferentes dentro das próprias condições de produção do discurso.

Sendo assim, é no espaço público que perceberemos os sujeitos, os discursos e as memórias sendo constituídas. Mas, segundo Spurk (2013, p. 336), o termo espaço público só exprime parcialmente o sentido que podemos empregar, pois, para o autor, “pode-se, por exemplo, distinguir a forma do espaço público de uma sociedade aristocrática ou o de uma ditadura e de uma ‘tirania’”. Isso implica no caráter volátil do espaço público, que existe contemplado em uma formação social específica. Assim, torna-se impossível separar o espaço público da historicidade, visto que é na história que as formações sociais são constituídas, e é a partir das formações sociais que os espaços públicos são constituídos.

Da mesma forma, na perspectiva discursiva, a memória, como atesta Pêcheux (1999), também não deve ser entendida como uma “esfera plena”, com fronteiras perfeitamente definidas e simétricas, na qual o conteúdo seria armazenado homogeneamente ao longo da história. Segundo Pêcheux (1999, p. 56), “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. Sendo assim, a visibilidade, a memória discursiva e o espaço público não são conceitos a-históricos, mas fazem parte de uma determinada formação social, já que estão contemplados pelo momento dado do espaço público. Em nossa pesquisa, consideramos o espaço público a partir da conceituação de Orlandi (2011), na qual a autora trata do urbano enquanto um espaço material (sócio-histórico) ideologicamente constituído nos moldes capitalistas, sustentado pelo jurídico, onde ele é tanto o enquadramento/recorte de fenômenos, quanto espaço onde a materialidade encontra a interpretação

assim, a cidade se materializa em um espaço que é um espaço significativo: nela, sujeitos, práticas sociais, relações entre o indivíduo e a sociedade têm uma forma material, resultante da simbolização da relação do espaço, cidadão, com os sujeitos que nela existem, transitam, habitam, politicamente significados (ORLANDI, 2011, p. 695).

Dessa forma, os conceitos estão atravessados pela materialidade histórica da microrregião do Médio Alto Uruguai, que será tratada na próxima seção, e nela, analisaremos como o jornalismo atua como um articulador e participante do espaço público regional. Sendo assim, é na disputa pelas formas dominantes das produções de sentidos, ou seja, na busca pela predominância de um sentido comum à uma determinada formação social e, conseqüentemente, do silenciamento de outros

sentidos, que o jornalismo se insere. Enquanto articulador e participante do espaço público, o jornalismo, segundo Mariani (1996, p. 62), “tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tomando-as eventos-notícias”. Assim, dada a sua relação de com o espaço público, a imprensa, enquanto instituição jornalística, faz uma ponte também com a memória discursiva e é, portanto, um dos principais produtores de visibilidade na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que é moldado pelas estruturas e dinâmicas da instituição em que atua, como as fórmulas, os códigos e as normas convencionadas.

Quando apontamos para o caráter institucional do jornalismo, tangenciamos um processo ideológico amplo de construção de práticas discursivas e não-discursivas, um processo que, por meio de efeitos de evidência, torna invisível o processo de interpelação ideológica e legitima determinadas práticas ou condutas sociais. No caso do discurso jornalístico, sua capacidade para a informação é o norte das normas e técnicas de redação. Segundo Mariani (2015), a ênfase no poder dizer, no relato mais ou menos fidedigno dos fatos, de forma objetiva, neutra e universal, concede ao sujeito jornalista a sensação de onipotência com a linguagem. Informar e opinar, desse ponto de vista, resultariam da capacidade (ou do interesse) do redator em manipular a linguagem.

Com relação à manipulação da linguagem, numa perspectiva discursiva, aproximamo-nos da ideia de que um sujeito, interpelado na posição de sujeito jornalista, inscreve-se em determinada formação discursiva para produzir um determinado efeito de sentido. Assim, as escolhas das palavras, nas condições de produção de uma notícia, por exemplo, são delimitadas pelas formações discursivas nas quais o discurso se constitui. Dessa forma, a habilidade de produzir sentidos e sua capacidade de perpetuar sentidos/opiniões no espaço público têm sido objeto de preocupação no cenário dos estudos das relações de poder. O que tem sido analisado é como, muitas vezes, é possível utilizar os sentidos presentes no interdiscurso, para interpelar indivíduos em sujeitos e vinculá-los a uma determinada formação ideológica, impondo-lhes uma lei da verdade que se espera que reconheçam como válida. Nesse sentido, o jornalismo desempenha um papel crucial na formação e manutenção de discursos que moldam a percepção do público em relação a questões políticas, sociais e culturais. Por exemplo, nas notícias apresentadas, buscamos entender quais são os efeitos de sentido produzidos ao tratar dos Kaingangs, principalmente em relação a uma identidade que lhes é imposta, qual seja, a categoria genérica de indígena. Discutiremos mais sobre o conceito de indígena genérico e sua relação com uma formação discursiva colonialista na próxima seção. Por enquanto, atentamos às questões técnicas do jornalismo.

De acordo com Mariani (1996), o jornalismo, em seu funcionamento, lida com o relato de fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com algo ocorrido

anteriormente ou com o relato daquilo para o quê ainda não há memória, de tal forma que ele atua “organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros” (MARIANI, 1996, p. 63). Interessa-nos, especificamente, de que forma o jornalismo organiza as filiações de sentidos em termos do interdiscurso, ou seja, aquilo que, em determinada memória discursiva e em determinado espaço público, domina/organiza o complexo das formações discursivas. Uma das formas que o jornalismo encontrou para organizar sua narrativa foi por meio da técnica do *Lead*.

O *Lead*, como uma técnica jornalística, surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX. Ele é considerado nesta pesquisa como componente das condições de produção do discurso jornalístico, em sentido estrito, uma vez que objetiva estabelecer o que deve e o que não deve conter no primeiro parágrafo de uma notícia. Segundo Martins (1997), no Manual de Redação e Estilo do jornal Folha de S. Paulo, um dos manuais mais amplamente utilizados pela comunidade jornalística, os textos de uma notícia devem transmitir as informações essenciais, um resumo completo do fato, em duas ou três frases. Segundo o manual, o que a partir de agora chamaremos de técnica/ritual do *Lead* “Precisa sempre responder às questões fundamentais do jornalismo: o quê, quem, quando, onde, como e por quê” (MARTINS, 1997, p. 154).

O final do século XIX também é a época na qual, como destaca Heinzmann (2022, p. 46), a imprensa gaúcha sofre mudanças em sua organização, “passando do ‘jornalismo partidário’ ou ‘panfletário-civil’ para o ‘jornalismo informativo’”. Segundo a autora, o jornalismo partidário se refere ao movimento no qual se “desenvolve a concepção de que o papel dos jornais ‘é essencialmente opinativo’” (HEINZMANN, 2022, p. 46). Nesse sentido, as condições de produção do discurso jornalístico da época não limitavam o sujeito, inscrito nas práticas de defender ou criticar alguma determinada doutrina ou opinião. Mas, é o jornalismo informativo, ou doravante jornalismo empresarial, que nos interessa nesta pesquisa, pois, conforme Bernardo e Leão (2013), é com essa transformação que a instituição passa de um modelo artesanal para uma configuração mais complexa e com uma nova abordagem linguística, mais simples e acessível a diversos públicos.

Segundo Heinzmann (2022, p. 46), “A simplificação da linguagem demonstra, no jornalismo empresarial, o desejo (sempre inalcançável) da denominada ‘objetividade’ jornalística, que visa a ‘informar sem opinar’”. Numa perspectiva discursiva, entende-se a objetividade como atrelada a possíveis normas, técnicas e modos de dizer que produzem o efeito de sentido de objetividade, enquanto prática de produção discursiva jornalística. A partir de Traquina (2005, p. 139), a objetividade é tida como “uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho”. Desse modo, ela aparece quando, por exemplo, o

jornalismo utiliza recortes de entrevistas como forma de “fornecer evidências” de que as opiniões/informações não são do jornal em si, desviando a atenção da subjetividade do sujeito-jornalista, afinal, o que foi dito veio da construção da notícia, e cabe aos personagens inseridos nela receberem os créditos e as críticas. Mariani (2015, p. 59) também se refere a essa situação quando os jornais protestam por sua inocência, “alegando ter dado uma determinada notícia porque estão ligados com a ‘verdade’”. Dessa forma, mesmo se recortarmos trechos de notícias cujas fontes sejam os entrevistados, ainda trataremos de uma formulação discursiva jornalística.

Entre o século XIX e início do século XXI, o mundo presenciou grandes mudanças, com o ideário da globalização e as novas tecnologias e, conseqüentemente, teve que reorganizar seu espaço social e sua forma de distribuir informações. Atualmente, existem percepções do quanto os valores-notícia, normatizados pela objetividade, são predominantemente marcados por formações ideológicas dominantes. Moraes (2021, p. 134) defende que estes vêm limitando a condição dos jornalistas de refletir e agir sobre suas próprias práticas. “Isso se dá pelo fato de tais práticas serem observadas a partir do uso ‘correto’ de uma deontologia cujos pressupostos prescindem dos sujeitos e das subjetividades nas atividades desempenhadas” (MORAES, 2021, p. 134). De tal maneira que a suposta aplicação de uma neutralidade dentre as técnicas jornalísticas historicamente contribuiu para a reprodução irrefletida dos valores hegemônicos nas produções veiculadas.

Em outras palavras, a instituição jornalística “esquece” que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação do mundo juridicamente assegurada. Ou melhor, que assegura, juridicamente, a fronteira entre o que pode e deve ser dito. O resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos (MARIANI, 2015, p. 59).

Caminhando nesse sentido, e partindo da reflexão de Mariani (1996), consideramos o discurso jornalístico como uma variedade de *discurso sobre*, uma modalidade de falar sobre alguma coisa que, por consequência, torna objeto aquilo sobre o que se fala. Sendo assim, segundo Mariani (1996), podemos conceituar o *discurso sobre* como:

discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre um discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1996, p. 64, grifos da autora)

O que nos interessa aqui condensar é que o jornalismo enuncia de um lugar histórico-socialmente constituído e que a imprensa funciona como um campo de saber, pois, como escreve Genro Filho (1987, p. 48), trata da “relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam

o cotidiano”. Compreendemos, dessa maneira, que os jornais gerenciam determinados sentidos, fazendo circular, ganhar visibilidade pública, aqueles que lhes interessam, de acordo com as instâncias a que estão submetidos. Segundo Traquina (2005), para o jornalismo, a visibilidade é um elemento central, uma vez que está diretamente relacionada com seu modelo de negócios. A seleção e a apresentação de determinados eventos, temas e pessoas dependem de sua relevância para a audiência e, conseqüentemente, para a manutenção do mercado jornalístico.

Para Heinzmann (2022), a transformação da instituição para empresas jornalísticas fez com que elas se tornassem movidas pelo lucro, e a notícia fosse transformada em mercadoria. Dessa forma, “o investidor, o dono, o proprietário do jornal, passa a ser uma figura importante dentro do universo jornalístico, seguindo uma linha editorial autointitulada como ‘independente’ e ‘leal’ aos leitores, com vistas à geração de lucro e capital à empresa jornalística” (HEINZMANN, 2022, p. 47). Sendo assim, o que podemos ver nos jornais locais, é uma imprensa vinculada, direta ou indiretamente, aos grandes proprietários rurais, aos banqueiros, aos empresários e à igreja.

A particularidade da imprensa interior/local/regional funda-se no fato de se dirigir ao indivíduo, enquanto sujeito integrado e participante numa comunidade geográfica delimitada, num espaço público delimitado, do qual é possível conhecer as características: mentalidades, hábitos, modos de viver, níveis de vida, preocupações culturais e sociais dominantes etc. Desse modo, se queremos nos perguntar: de que forma essa visibilidade está servindo aos Kaingangs moradores da reserva do médio Alto Uruguai? Precisamos adentrar na história, na memória social, para compreendermos os possíveis efeitos de sentido produzidos. É o que faremos na próxima seção.

2.3 CONJUNTURA HISTÓRICA *SOBRE* O SUJEITO INDÍGENA

É impossível tratar do *discurso sobre* o sujeito indígena da microrregião do Médio Alto Uruguai sem retomar a história do Rio Grande do Sul, visto que, para Barbosa (1985), cerca de 500 mil pessoas já habitavam essa terra quando chegaram os primeiros europeus. Um passado intimamente ligado ao da colonização portuguesa. Segundo Maestri (2021), por milhares de anos, três grandes grupos desenvolveram-se no sul do Brasil.

Os Pampeanos, pequenas comunidades de caçadores, pescadores e coletores nômades exploravam ativa e sazonalmente os recursos naturais das zonas de campo aberto e das alagadiças, próximas do mar e das lagoas, ao sul do estado do Rio Grande do Sul, norte do Uruguai e parte da Argentina. Segundo Barbosa (1985, p.12), “a este grupo pertenciam os charruas, os genoas, os minuanos, os jarós, os guaicurus”, entre outros. Com o desembarque de gado, trazido pelos europeus, os pampeanos que se aliaram aos luso-brasileiros foram sendo incorporados nas grandes estâncias como funcionários e acabaram mesclados no que conhecemos como gaúcho rio-grandense. Os que não se aliaram apresentaram grande resistência para os colonizadores, mas, com as inevitáveis chegadas de cada vez mais famílias europeias, e as alianças com os Guaranis, acabaram sendo expulsos ou assassinados.

Os Guaranis, grupos de caçadores, coletores, pescadores e horticultores de floresta tropical e subtropical, foram, como aponta Maestri (2021), os últimos dos habitantes americanos a adentrar o território rio-grandense, estabelecendo-se, principalmente, nas margens dos rios Uruguai, Jacuí, Ibicuí, Ijuí e Piratini, além do litoral, onde confrontavam os outros grupos. A horticultura era o elemento organizador das atividades sociais e produtivas desse grupo, fato que chamou a atenção dos missionários jesuítas da Companhia de Jesus (fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados por Inácio de Loyola) que, por muito tempo, tentaram reduzir, no mesmo sentido de comprimir, os Guaranis em um formato de cidades/produções europeias. Ainda, segundo Maestri (2021), o trabalho jesuíta no território gaúcho ocorreu em dois períodos compreendidos entre 1609 e 1706, e não pode ser qualificado em sucesso ou fracasso, em virtude da frente escravagista dos bandeirantes e da posterior expulsão dos missionários das terras gaúchas. Assim, os Guaranis que sobreviveram ao extermínio acabaram trabalhando como peões em estâncias, soldados ou agruparam-se em pequenas famílias esquivas. Segundo Barbosa (1985), é no toledo de Guarita que muitos Guaranis encontraram refúgio.

Por fim, os Jê, caçadores e coletores de florestas subtropicais, diferenciavam-se pela língua macro-jê. Segundo Barbosa (1985), viviam em pequenas comunidades com uma figura chefe que respondia a um cacique geral. Ao longo do tempo, foram encontradas diversas nomeações para esses povos, tais como guaianás, coroados, botocudos, bugres, pinarés, ibiraiaras, ibinangaras, xoklêngs e kaingangs. Durante quase dois milênios, os Jê ocuparam os vastos territórios das florestas de pinhais, desde o sul-sudoeste paulista até o planalto rio-grandense e parte de Misiones, na Argentina. No período que sucedeu a chegada dos europeus, esses povos foram assimilados, exterminados e aculturados pelos colonizadores, uma história que segue sendo escrita, pois até hoje existem lutas sendo travadas.

Em cada século e em cada região, os conflitos faziam emergir a necessidade de políticas públicas que diminuíssem as enfermidades das guerras, pestes e dos efeitos da deculturação. Em virtude dessas e de outras questões provocadoras, como problemas de infraestrutura causados pelos confrontos, diversas leis indigenistas foram testadas. Segundo Perrone-Moisés (1998, p. 116), “não existiu um direito colonial brasileiro independente do direito português. O Brasil era regido basicamente pelas mesmas leis que a metrópole [...] acrescidas de legislações específicas para questões locais”. Assim, a coroa portuguesa promulgou diversos Alvarás Régios para tratar das questões dos conflitos. O primeiro que se tem conhecimento foi o Diretório dos Índios, promulgado inicialmente por volta de 1680 e com validade apenas para os estados do Pará e Maranhão, quando somente por volta de 1755 teria sido validado para o resto do território.

Quanto às diretrizes desse alvará colonial, segundo Almeida (2018, p. 614), “observa-se que o objetivo era aplicar fundamentalmente uma ética disciplinadora e moralizadora do nativo por meio da construção dos aldeamentos coletivos e do trabalho persistente na agricultura como forma de catequizá-los e civilizá-los”. Assim, seriam aliados aqueles que se submetessem à catequese; e inimigos, declarados de guerra justa e escravizados, aqueles que se mostrassem contrários. Como aponta Freire (2011), ao aprovar uma lei que, de certo modo, libertava alguns indígenas brasileiros, o objetivo português era conseguir a simpatia das populações nativas da Bacia Amazônica, em razão da assinatura do Tratado de Madri em 1750. O tratado estabelecia que os limites entre Portugal e Espanha, na América do Sul, seriam fixados segundo o princípio de quem já ocupasse o território, e um dos critérios mais importantes para definir a ocupação era se os habitantes locais falavam a língua geral da nação. Sendo assim, os portugueses precisavam “civilizar”, ensinar a língua e os costumes aos nativos, se quisessem agarrar mais propriedades.

Para garantir o sucesso da frente colonizadora, após as conquistas de terras no Tratado de Madri, quando Dom João VI chegou ao Brasil em 1808, desconsiderou essas documentações e incentivou conflitos, tomadas de terras e a escravização. Para Almeida (2018), a validade desses

documentos jurídico-políticos, no período colonial, foi marcada pelo ideário da guerra justa, do aldeamento forçado, da transformação dos até então silvícolas em índios aliados ou índios inimigos, sobretudo desencadeando um vácuo em relação à legislação indígena que perdurou até o período imperial. Cunha (1992) afirma que o Regulamento das Missões, proclamado em 1845, é o único documento indigenista geral do Império. A questão apresentada era fundamentalmente a continuidade do sistema de aldeamento e a assimilação completa, o que, segundo Dambrós (2019), corroborou para a relação dicotômica entre indígenas catequizados/civilizados e indígenas selvagens, e a posterior determinação da necessidade da formação de reservas, advindas de terras devolutas, para alocar esses últimos.

Terras devolutas são bens da união sem destinação previamente determinada, que podem ser alienadas/vendidas desde que observadas as exigências legais. O termo devoluto relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Nesse sentido, as demarcações de terras indígenas beneficiaram as frentes de colonização e interiorização, pois, por exemplo, na Lei das Terras de 1850, no artigo 12, lê-se que “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização[sic] dos indígenas” (BRASIL, 1850). Assim, a colonização indígena assegurava a posse de terras para os portugueses. Em decorrência disso, muitos povos habitantes do Brasil sofreram grandes impactos e apresentam sequelas até hoje, visto que esses povos deveriam se submeter aos espaços cedidos pelo Estado ou as tropas de exército estariam autorizadas a exterminar os que atrapalhassem o progresso nacional. Segundo Dambrós (2019), esse paradigma começou a mudar quando o jurista João Mendes Júnior começou a defender a causa indígena, por volta de 1900. A partir disso, começou-se a difundir a ideia de que os primeiros ocupantes das terras, que estavam gerando os conflitos, são os indígenas. As diversas denúncias dos genocídios e a repercussão internacional forçou o governo da época a tomar posicionamento e, em 1910, temendo o avanço da organização indígena, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio. Segundo Almeida (2018, p. 618), a nova política pretendia novamente enquadrar o indígena na cultura europeia, “agora sob uma nova ótica: índio trabalhador nacional”. Assim, a partir do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), esse ideário norteou toda a política pública do século XX na direção de integrar o indígena à comunidade nacional.

Segundo Dambrós (2019), é só na década de 1940, quando pesquisadores como Darcy Ribeiro e os irmãos Villas-Bôas começaram a se preocupar com a causa e ressaltar a riqueza e a particularidade cultural de cada povo que as omissões do Estado começaram a ser trabalhadas. A autora também aponta que, em 1967, o Serviço de Proteção ao Índio foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e que, em dezembro de 1973, foi aprovada a Lei 6001, conhecida como o Estatuto do Índio, a qual ainda mantém a ideia do indígena como parcialmente capaz, que

necessita de tutela e de ser integrado à sociedade brasileira.

De um ponto de vista teórico jurídico, é a partir da década de 1990 que os estudos dos direitos dos povos originários passam a ser apoiados sobre a perspectiva territorialista e não mais decultural. A Constituição de 1988 trouxe importantes mudanças nas políticas públicas nacionais, permitindo, teoricamente, o abandono da perspectiva assimilacionista, que limitava a demarcação de terras apenas para moradia e atividades agrícolas, e a passagem a uma visão que possibilitasse aos povos um território grande o suficiente para garantir os elementos necessários à reprodução tanto física quanto cultural. Segundo Dambrós (2019), o Decreto nº. 1.775 de 1996 determina os procedimentos para a demarcação de Terras Indígenas, e institui a FUNAI como órgão responsável por coordenar e executar a política pública, regularizando, monitorando e fiscalizando as terras, tendo como base o artigo 231 da Constituição de 1988 e o Estatuto do Índio de 1973.

Mas, na prática, ainda existe uma preocupação, ou melhor, numa perspectiva discursiva, uma formação ideológica colonialista que permeia a ideia da perda de território nacional, a partir da perda das terras devolutas. Segundo Caceres Dan e Assis (2020), é ao adentrar a esfera jurídica que os indígenas se deparam com uma situação precária de ausência de amparo capaz de resolver a demarcação de suas terras. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a aplicação da tese do Marco Temporal. Criada genericamente pelo Supremo Tribunal Federal, a partir do caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009, a tese propõe questionar a presença dos indígenas nas terras na data de 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Caceres Dan e Assis (2020) apontam que a condicionante origina um retrocesso no processo de demarcação e ampliação de terras indígenas, uma vez que estabelece a prioridade dos interesses do Estado sobre os direitos dos povos originários.

Na breve contextualização precedente, buscamos apresentar os traços que definiram o cenário histórico até os dias atuais. Nessas condições, esta pesquisa trata do discurso jornalístico *sobre* os Kaingangs que estavam inseridos tanto na microrregião do Médio Alto Uruguai quanto nas questões discursivas do plano geral da colonização. Ainda, sobre o movimento de colonização da microrregião do Médio Alto Uruguai, cabe destacar que a apropriação de terras para construção e expansão de espaços urbanos de imigrantes desencadeou uma força reativa de resistência à colonização. De acordo com Araújo (2018), é possível destacar duas grandes interferências no território, a primeira alemã (a partir de 1824) e italiana (a partir de 1875) e a segunda de catequese jesuítica a partir de 1848. Dessa forma, o autor afirma que os Kaingangs foram personagens constantes nos discursos e nos debates sobre as questões indígenas, principalmente porque essa resistência era utilizada como justificativa para a tomada de ações violentas contra esses povos.

A partir da catequese jesuítica e de uma ação em conjunto com o poder público, entre os

anos de 1848 e 1852, foram criados, nas proximidades da microrregião, os aldeamentos de Guarita e Nonoai. As próximas aldeias a serem criadas, dessa vez em conjunto com o governo do estado, foram a de Votouro, em 1918, e a de Iraí, em 1993. Embora as histórias de todas as terras indígenas possam ser discutidas separadamente, tendo em vista que sempre existiram batalhas a partir do momento de suas idealizações, algumas internas, entre os próprios Kaingangs, nosso objetivo nesta seção é o de apresentar a historicidade/interdiscurso que constitui a microrregião do Médio Alto Uruguai. Nosso objetivo, na exposição que fizemos nesta seção, é expressar como o espaço também é uma forma de significar os sujeitos, distinguindo-os, organizando-os, em uma determinada formação social. Segundo Orlandi (2011), a *organização* do espaço social, que ela apresenta como organização urbana,

está ligada ao imaginário projetado sobre a cidade, tanto pelos seus habitantes como pelos especialistas do espaço, como urbanistas, administradores etc. que, assim, se relacionam com a cidade através desse imaginário, organizando o espaço da cidade, planejando-o, calculando-o de maneira abstrata de acordo com seus objetivos.(ORLANDI, 2011, p. 694).

Assim, as divisões do espaço em terra indígena, terra devoluta, terra para o agronegócio, terra para rodovias etc. são construtos que se inscrevem na história a divisão daquilo que deve ser considerado espaço público ou privado. Dessa forma, tem-se, ao longo de mais de cinco séculos, a sistemática formação de um discurso colonialista, que é ambíguo quanto às questões indígenas, mas delineado quanto às questões do espaço.

Nesse sentido, Freire (2009) elencou cinco ideias equivocadas sobre índio, de certa forma, como compreendemos, cinco formações imaginárias sobre o que é ser um índio brasileiro. Tais deslizamentos de sentidos são importantes de serem debatidos, pois, muitas vezes, no intradiscurso, os conceitos de índio e indígena acabam sendo relacionados parafrasticamente, são eles:

A primeira ideia é a de que eles constituem um bloco único, compartilhando a mesma cultura, língua, crença. Segundo o autor, hoje, no Brasil, vivem mais de 200 etnias, falando 188 línguas diferentes, com culturas diferentes. Reduzir essa variedade para transformá-la no índio ou, como o autor refere, no “índio genérico”, é uma política que apaga os sentidos que não são desejados. Como aponta Orlandi (2007, p. 73), “Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”.

A segunda concepção apresentada por Freire (2009) é considerar as culturas indígenas como atrasadas e primitivas, uma vez que existe uma riqueza diversa nos saberes, ciências, artes, religiões, que esses povos produziram. O autor aponta, por exemplo, a exposição sobre as ciências Kayapós, realizada pelo Museu Goeldi, em 1992, a qual documentou conhecimentos acerca de

plantas medicinais, agricultura, classificação e uso do solo, sistema de reciclagem de nutrientes, métodos de reflorestamento, pesticidas e fertilizantes naturais, comportamento animal, melhoramento genético de plantas cultivadas e semi-domesticadas, manejo da pesca e da vida selvagem e astronomia (FREIRE, 2009, p. 9).

Esses conhecimentos, no entanto, não chegam à sociedade, tendo em vista o valor simbólico vinculado ao indígena como silvícola, desprezando-se sua sabedoria e a considerando como selvagem. Arelada a essa segunda concepção, está a terceira de que as culturas dos Povos Indígenas estão congeladas, como se eles só existissem quando nus, no meio da floresta, caçando de arco e flecha.

essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: “Ah! Não é mais índio”. Na cabeça dessas pessoas, o “índio autêntico” é o índio de papel da carta do Caminha, não aquele índio de carne e osso que convive conosco, que está hoje no meio de nós (FREIRE, 2009, p. 12).

Segundo Zanotto e Stübe (2022), essa é uma regularidade encontrada também em diversos dicionários. As autoras apontam para o silenciamento de possíveis sentidos sobre indígenas urbanos, “só podendo ser considerado indígena aquele que se mantém no local onde nasceu e/ou que seus ancestrais viveram” (ZANOTTO; STÜBE, 2022, p. 11).

A quarta idéia considera achar que os indígenas fazem parte apenas do passado brasileiro. Segundo Freire (2009, p. 16), “Num texto de 1997 sobre a biodiversidade vista do ponto de vista de um índio, Jorge Terena escreveu que uma das conseqüências mais graves do colonialismo foi justamente taxar de ‘primitivas’ as culturas indígenas, considerando-as como obstáculo à modernidade e ao progresso”. Soares e Zattar (2022) também apontam para o funcionamento enunciativo da designação índio no Estatuto do Índio como primeiro habitante do Brasil, porém fora da comunhão nacional. Segundo as autoras, na lei, o indígena é tido como “selvagem, pela relação de sinonímia estabelecida entre índios ou silvícolas; tribal, por ter costumes tribais; e juridicamente, o designou, de forma genérica, como incapaz, como se fossem um só, determinado pela ‘sua’ incapacidade” (SOARES; ZATTAR, 2022, p. 104, grifo das autoras). Entendemos designação nessa pesquisa, a partir de Schneiders e Heinzmann (2022, p. 114), como “associado não simplesmente ao fato de ‘atribuir um nome’ a alguém, mas sim de relacioná-lo com o social, com as condições de produção”. Assim, as autoras, a partir da leitura de Verli Petri e Guimarães, atestam que existem funcionamentos específicos que estão envolvidos no processo de produção de sentidos e que são filiados a determinadas Formações Discursivas. Retomando, então, Soares e Zattar (2022, p. 85), compreendemos que “designação é uma construção simbólica que se relaciona com as condições histórico-materiais em que o enunciado é produzido, evocando outros memoráveis”. Para as autoras, tal processo enunciativo é o que determina que uma dada designação não é o nome em si,

como se o nome possuísse a referência do objeto com o mundo, mas pelo contrário, “o objeto recebe um nome justamente determinado pela materialidade simbólica que o constitui, e isso se dá necessariamente pela história e pelo político”(SOARES; ZATTAR, 2022, p. 85).

A quinta ideia, segundo Freire (2009), é o povo brasileiro não levar em consideração a pré-existência dos Povos Indígenas e sua importância na formação da identidade nacional, silenciando esses povos nos debates públicos. Por isso, no próximo capítulo analisaremos a formulação de notícias sobre os Povos Kaingangs. Tendo em vista que esse grupo étnico frequentemente é retratado como índio ou indígena pela imprensa, diferentes efeitos de sentido são produzidos, e sustentados, quando consideramos esse passado colonialista que apresentamos.

2 PERSPECTIVA DISCURSIVA NA FORMULAÇÃO DAS NOTÍCIAS

2.1 PROCEDIMENTOS PARA A INVESTIGAÇÃO

A proposta desta seção é apresentar a construção de um dispositivo de análise, considerando os conceitos apresentados anteriormente. Podemos pensar, a partir deles, como deve proceder o analista?

Segundo Orlandi (2000, p. 59), a Análise de Discurso “não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica”. Isto acontece porque o objeto em análise aqui é o próprio discurso, e ele é, como vimos, produção de sentidos entre locutores. Dessa forma, não estamos procurando remover uma máscara para encontrarmos o que está por debaixo, visto que encontraríamos simplesmente a existência material, a possibilidade de ser alguma outra coisa. O que estamos fazendo é nos equiparmos com uma lente que possibilita visualizar os possíveis sentidos e, principalmente, os processos de produção de sentidos.

Por isso é tão importante a construção da teoria em conjunto com a análise, pois, o analista não está fora das suas próprias condições de existência e das suas próprias ilusões interpretativas. Como escreve Orlandi (2000, p. 61), “Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação”. Nesse sentido, a teoria colabora na movimentação do analista, não o levando para fora das suas próprias ilusões, mas de forma a inseri-las como parte da interpretação, sem procurar eliminar os efeitos de evidência, mas os atravessando.

Nosso ponto de partida da análise acontece na seleção do *corpus*, ou seja, quando escolhemos os materiais os quais contemplaremos com a nossa lente. A respeito disso. Orlandi (2000, p. 64) propõe que “a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza.”. Isso porque a escolha por notícias veiculadas em jornais locais já é uma escolha formulada a partir da problemática desta pesquisa sobre as produções de sentido do jornalismo local.

É por meio da Imprensa local, situada longe dos grandes centros, que as pequenas comunidades suprem suas necessidades de informação. Não de conteúdos estaduais, nacionais ou internacionais, porque estes são fornecidos pelos grandes conglomerados de Imprensa, mas de conhecimento sobre a própria região. Sendo assim, explorar a Imprensa local é também analisar a própria comunidade, visto que várias vozes atravessam a produção do discurso.

Reiterando o que foi brevemente mencionado nos capítulos anteriores, as comunidades indígenas estão lentamente sendo isoladas. Segundo censo realizado pelo IBGE em 2010, aproximadamente 0,3% da população do Rio Grande do Sul é indígena. É o mesmo que dizer que em uma sala com mil pessoas apenas três seriam indígenas. Dado esse fato, a visibilidade política e midiática desses povos acaba por ser muito baixa, principalmente se pensarmos em toda a condição histórica que vem acontecendo desde que os europeus chegaram ao continente.

Em um território que antes era ocupado somente por eles, podemos lembrar aqui o conceito filosófico de sujeito livre. Nos dias atuais, os indígenas vivem nas fronteiras, quase nas periferias, se pensarmos o termo do ponto de vista das sociedades invasoras. A partir disso, então, decidimos por situar a análise nos perímetros da maior área indígena do Rio Grande do Sul, a Reserva do Guarita.

Para fins de delimitação dessa análise, optamos pelos portais jornalísticos locais on-line, sites comumente associados às rádios municipais, pois estes possuem mecanismos de busca por meio de palavras-chave. Foram utilizados como palavras-chave os termos “indígenas”, “índio” e “kaingang”, com um critério de refinamento de janeiro a dezembro de 2017. Os resultados dessa busca serão apresentados no capítulo de análise.

Para a análise do *corpus*, foram feitos recortes de 11 seqüências discursivas extraídas de quatro notícias. Segundo Fernandes (2008, p. 61), “Trata-se da seleção de fragmentos do *corpus* para análise; ou seja, quando o analista escolhe seu objeto de análise, ele precisa ainda selecionar pequenas partes, escolhidas por relações semânticas, tendo em vista os objetivos do estudo”. Esta seleção, no nosso caso, foi em razão de melhor representar os atravessamentos com os Povos Indígenas.

Uma vez que o *corpus* é constituído, norteado pelas questões referentes à pesquisa, podemos passar para a análise. Para Orlandi (2000, p. 65), a análise começa no processo de des-superficialização do *corpus*, que consiste, segundo a autora, “na análise do que chamamos materialidade lingüística: o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação”(ORLANDI, 2000, p. 65). Nesse momento, estamos reunindo os aspectos referentes ao problema em questão, buscando entender que lugar esses discursos ocupam na história e no social.

Após esse primeiro impulso, quando observamos o funcionamento das formações imaginárias que determinam o discurso sobre os Povos Indígenas, sobre a Imprensa local, podemos começar a constituir um objeto discursivo. É para o objeto que lançaremos um olhar analítico com o intuito de perceber primeiramente o esquecimento número dois, referente à enunciação, que dá a sensação de que aquilo que é dito só poderia ser feito daquela maneira. Para esse momento, é

necessário o trabalho com a paráfrase e com a polissemia, relacionando dizeres com outras possibilidades de dizer.

Por meio do olhar lançado sobre o objeto, começaremos a perceber quais as forças que determinam o que pode ser dito e o que não pode ser dito, ou seja, quais as formações discursivas existentes no momento sócio-histórico apresentado. Segundo Orlandi (2000, p. 78), “Ao longo de todo o procedimento analítico, ao lado do mecanismo parafrástico, cabe ao analista observar o que chamamos de efeitos metafóricos”. E como vimos o efeito metafórico é constitutivo do próprio discurso, na produção de sentidos e na constituição do sujeito.

Por fim, se objetivamos compreender quais os sentidos produzidos pelos veículos de comunicação no interior do Rio Grande do Sul acerca dos Povos Indígenas, precisamos relacionar com as formações ideológicas destas Imprensas locais. Neste momento da análise, juntam-se os pontos constitutivos que fazem um discurso significar, face a outros discursos. Orlandi (2000, p. 81) escreve que, “É nesse lugar, em que a língua e a história se ligam pelo equívoco, lugar dos deslizes de sentidos como efeito metafórico, que se define o trabalho ideológico, o trabalho da interpretação.”. Sendo assim, no equívoco poderemos compreender alguns dos possíveis sentidos relacionados às notícias escolhidas, sobretudo quando envolvemos o inconsciente e a ideologia como apresentados.

Nesta seção apresentamos brevemente o *corpus* e a forma como abordaremos nossa análise. Partiremos agora, para uma maior exploração do *corpus* onde discutiremos o modo como o jornalismo, enquanto estrutura social estabelecida por meio de normas e técnicas, atua na produção de sentidos sobre os povos Kaingangs.

2.2 ANALISANDO *LEADS* DE NOTÍCIAS SOBRE OS POVOS KAINGANGS

Levando em consideração a agitação do dispositivo teórico-metodológico que fizemos nos capítulos anteriores, daremos início ao levantamento do *corpus* e a sua interpretação/problematização. Para este estudo, delimitamos como objeto de pesquisa quatro notícias, duas retiradas do portal Grupo Chiru Comunicações e outras duas, extraídas do jornal RD Foco. Como podemos perceber na imagem abaixo, existem diversas terras indígenas na microrregião do Médio Alto Uruguai como, por exemplo, a de Iraí, local onde ocorreram as principais movimentações contrárias à Tese do Marco Temporal na microrregião, em 2017 (Figura 1). Dito isso, decidimos problematizar a formulação das notícias desses dois veículos de

para “pai velho”. Assim, outra interpretação para o termo Grupo Chiru poderia ser de grupo de pessoas experientes ou, até mesmo, uma interpretação machista, onde o pai velho é aquele patriarca que comanda a família. Dessa forma, podemos considerar o nome escolhido para a empresa como uma possível tentativa de estabelecê-la como uma agência de respeito, em uma comunidade onde o machismo é presente e influente na memória coletiva.

No período definido para a busca, o grupo publicou mais de 2100 notícias em seu portal online, das quais 10 estão relacionadas com as palavras-chave “índio” e/ou “indígena” e nenhum resultado foi encontrado quando pesquisado com o termo “kaingang”. Dentre essas⁶, escolhemos duas para serem analisadas.

A primeira notícia a ser analisada foi veiculada no dia 16 de agosto de 2017 e teve a seguinte manchete, SD1:

SD1) Iraí - Índios bloqueiam a BR386 próximo a divisa com SC (Notícia 1, 2017).

E como *Lead* o seguinte texto SD2:

SD2) Indígenas estão bloqueando a BR-386, na altura do quilômetro 1, no município de Iraí, no local onde rotineiramente acontecem as manifestações dos indígenas (Notícia 1, 2017).

Como vimos nos capítulos anteriores, os sentidos não são neutros, nem transparentes, quando falamos das práticas discursivas, ou seja, eles são produzidos a partir de e sobre formações discursivas, as quais são reguladas por rituais sócio-históricos. No jornalismo, um desses rituais é a técnica do *Lead*, que, como vimos, é a abertura da notícia, a qual surge da implicação de uma memória própria da instituição da imprensa, agindo na produção da notícia. Nesse caso, segundo Mariani (1996, p. 64), quando a imprensa “coloca o mundo como objeto. A imprensa não é o ‘mundo’, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores”. Um sentido que podemos perceber nessa citação é que, a partir de seus rituais, a imprensa coloca-se como observadora, fundamentando-se na relação entre o narrar/descrever e o interpretar, tendo em vista que, por mais neutra que uma notícia se anuncie, ela é uma interpretação/construção sobre o mundo. Para isso, a instituição propõe a técnica do *Lead*, e dele delimitam-se algumas questões para formular o discurso jornalístico. Essas questões relacionam-se às condições de produção na ordem do sentido estrito e são: o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

Acompanhando essa prática discursiva jornalística, as respostas a tais perguntas deveriam revelar o acontecimento central da história. Mas, como vimos, essa ideia de revelar tal fato como verdadeiro é um efeito ideológico, visto que o próprio conceito de discurso é entendido como a

6 A relação das notícias encontradas pode ser verificada na tabela no Anexo I.

produção de sentidos entre locutores. Nesse sentido, quando se pergunta, por exemplo, **quem** são os sujeitos/agentes para que sejam inseridos na notícia? Podemos nos perguntar se seriam indígenas ou Kaingangs. Se tomarmos essa designação como ponto central para pensarmos **quem** são os sujeitos do acontecimento jornalístico, e analisando-o por meio do efeito parafrástico, ou segundo Orlandi (2000, p. 36), por meio dos processos “pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém”, podemos chegar ao processo da produção de sentidos a partir de uma formação discursiva colonialista, fruto das relações sócio-históricas entre colonizadores e colonizados. Isto porque, devemos levar em consideração a historicidade do surgimento dos termos índio e indígena no território brasileiro: dois termos que tratavam, e ainda tratam, de representar os inúmeros povos que já habitavam o espaço quando os europeus chegaram. Dessa forma, joga-se com o pré-constituído colonialista de que todos os habitantes da América, que não são europeus, africanos ou asiáticos, são índios e/ou indígenas. A partir dessa relação histórica, produz-se o efeito de sentido de que os Kaingangs só podem ser nomeados índios/indígenas, potencializando responder à questão sobre quem são os sujeitos da ação, assujeitando-os em uma determinada categoria social, separando-os de outras posições de sujeito.

Podemos destacar novamente a primeira concepção apresentada por Freire (2009), que é a ideia do termo índio como generalização, desconsiderando as especificidades que existem entre os povos. Para o pesquisador, existe diferença nos sentidos produzidos, por exemplo, quando se emprega o termo europeu como uma denominação genérica.

quando um português ou um francês dizem que são europeus, essa denominação genérica não apaga a particular. No caso do “índio”, o equívoco está em que o genérico apaga as diferenças. O “índio” deixa de ser Tukano, Desana, etc. para se tornar simplesmente no “índio” (FREIRE, 2009, p. 4).

Com Orlandi (2007), podemos pensar novamente a noção de silenciamento, que é mais que calar, “é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído” (ORLANDI, 2007, p. 102). Assim, as nomeações indígena e índio apagam as diferenças, já que o sujeito deixa de ser *um* Kaingang para se tornar simplesmente *o* indígena. A designação e o silenciamento jogam com os esquecimentos que mencionamos na seção teórica, visto que, durante a formulação da notícia, é esquecido o que já foi dito sobre o índio, ou parte do passado colonialista, para se identificar com uma formação discursiva que remonta a esse passado e, conseqüentemente, conseguir produzir sentidos sobre os Kaingangs para interlocutores que também estejam inseridos, provavelmente, nessa mesma formação discursiva.

Diante desse entendimento, a visibilidade que os sujeitos Kaingangs de Iraí acabam recebendo é ancorada em imagens solidificadas no pré-construído do que significa ser índio ou

indígena. Relembramos, principalmente, os cinco equívocos apresentados por Freire (2009): o índio genérico, a cultura atrasada, a cultura congelada, no sentido de que não é aceitável que a cultura mude (por exemplo, um indígena pode usar calça jeans?), a cultura do passado, taxada como obstáculo à modernidade e ao progresso, e o índio como não brasileiro. Assim, o discurso jornalístico, ao apresentar, pela notícia, os sentidos atualizados por índio e indígena, enfatiza e institucionaliza o discurso colonialista, pois apaga outras formas de produção de sentidos, como as possíveis a partir do termo “kaingang”. Segundo Spurr (2013, p. 335), quando escreve sobre o reconhecimento como uma característica de vínculo social, o autor afirma que a “ausência de visibilidade de uma pessoa significaria para ela [...] uma humilhação. Todavia, a visibilidade também pode ser muito humilhante”. Nesse sentido, o que podemos nos perguntar diante dessa visibilidade é: de que forma ela está servindo aos Kaingangs?

Um possível entendimento, quanto à visibilidade associada à notícia em análise, é o de que ela parece estar mais vinculada à questão **o quê**, da técnica do *Lead*, do que com **quem** realizou a ação, os Kaingangs. Acompanhando a prática discursiva, o verbo empregado, no início da notícia, para descrever é “bloquear”, que nos remete o sentido de obstrução de uma passagem ou trânsito. O verbo é retomado diversas vezes, no restante da notícia, “paralisação total”, “a pista voltou a ser fechada” e “novos bloqueios”, reforçando, indiretamente, sentidos sobre os Kaingangs, mas sem mencioná-los. É somente quando nos perguntamos “quem paralisa?” “quem fecha?” “quem bloqueia?” que nos deparamos com um sujeito que ali está oculto⁷. Para compreendermos os sentidos produzidos a partir desse ocultamento na notícia apresentada, precisamos pensar também sobre a noção de silenciamento, ou o movimento de colocar em silêncio, pois, se queremos dizer alguma coisa, ou de alguma forma, precisamos silenciar/esquecer outra coisa ou outra forma de dizer (ORLANDI, 2007). Por exemplo, a sequência discursiva SD3, que se encontra no segundo parágrafo da notícia:

SD3) a paralisação total do tráfego de veículos iniciou por volta das 9 horas (Notícia 1, 2017).

Poderia ter sido escrita como SD3.a, por nós formulada:

SD3.a) *os Kaingangs* paralisaram totalmente o tráfego de veículos por volta das 9 horas.

Nesse caso, houve a escolha de não falar sobre esses povos e sim sobre o trânsito. Podemos perceber, na SD3, que o sujeito escolhido foi “a paralisação total do tráfego de veículos”, que nos leva a pensar nas pessoas que estão nesses veículos, enquanto que, na SD3.a, o sujeito em questão

⁷ Quando estamos apontado o sujeito oculto, não estamos nos referindo ao sujeito gramatical, mas ao sujeito interpelado pela ideologia.

teria sido “os Kaingangs”, o que poderia nos levar a pensar sobre estes. Reiteramos novamente que as escolhas não são livres, elas são condicionadas pelas formações discursivas que, por sua vez, são condicionadas pelas formações ideológicas. Então, a decisão de apresentar, repetidamente, que os Kaingangs estão bloqueando o trânsito, em contrapartida à ação de manifestar, que aparece no final do *Lead*, produz um efeito de sentido de que a manifestação está atrapalhando as pessoas presas na rodovia.

Para melhor compreender esse efeito, podemos fazer uma alusão ao emprego dos substantivos ocupação e invasão, explorados por Indursky (2002). Essas palavras são frequentemente encontradas em reportagens e/ou entrevistas sobre os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Ocupação tem como referente a terra *improdutiva*. *Invasão* constrói como referente a terra *privada*. A primeira, por tratar da terra improdutiva, trabalha o sentido ético de uma terra que, por ser improdutiva, deve ser redistribuída para que aqueles que o desejam possam cultivá-la para dela tirar a sua subsistência e a dos seus. A segunda, por possuir um proprietário, põe em relevo o sentido jurídico de violação da propriedade privada (INDURSKY, 2002, p. 125, grifos da autora).

Segundo a autora, essas escolhas lexicais apontam para a presença de formações ideológicas na formulação do discurso. Da mesma forma, podemos pensar que manifestação é empregado geralmente por aqueles que apoiam as pessoas que se reúnem em espaços públicos para defender ou tornar conhecidos seus pontos de vista, suas opiniões, enquanto bloqueio, e seus derivados, sugere que as pessoas atrapalham/dificultam a circulação de outras pessoas. Então, voltando para a notícia em análise, e lançando mão da paráfrase, uma outra formação ideológica poderia escrever esta outra SD3.b:

SD3.b) os Kaingangs começaram a manifestação por volta das 9h

Nesta nova SD é possível perceber um sentido mais moderado, concedendo uma outra forma de visibilidade, mais adequada às questões indígenas na notícia. Mas, como podemos perceber na notícia, a palavra manifestação só aparece uma vez, precedida de “rotineiramente”. Tal termo pode produzir um sentido de inferiorização/enfraquecimento da noção de manifestar, pois pode fomentar o sentido de que “sempre estão lá”, “que faz parte da rotina, então não precisa de atenção necessariamente”, “é possível deixar esse assunto para depois”, deslegitimando a manifestação e retomando a ideia de bloqueio.

Seguindo a análise, a partir do *Lead*, lançando nosso olhar sobre o **onde**, percebemos que este aparece três vezes na manchete, “Iraí”, “BR386” e “próximo a divisa com SC”, e quatro vezes no *Lead*, “a BR-386”, “na altura do quilômetro 1”, “no município de Iraí”, “no local onde

rotineiramente acontecem as manifestações dos indígenas”, caracterizando essa informação como a mais repetida no início da notícia. Se levarmos em consideração a pirâmide invertida que acompanha o *Lead* como uma técnica jornalística, na qual a informação mais importante vem primeiro, podemos considerar que esta é a notícia que se deseja veicular. Assim, uma possível paráfrase de SD1 poderia ser SD1.a:

SD1.a) Iraí - BR-386 está bloqueada próximo à divisa com SC

Percebemos nessa paráfrase como o sentido se mantém, e isso se deve ao fato de que este não é um local para ser ocupado pelos Kaingangs, mas que está constituído na memória discursiva como um local a ser ocupado por veículos, que transportam pessoas e movimentam, também economicamente, o país e a região. É essa pressuposição desse local como já ocupado, que concede aos Kaingangs o sentido do outro que está invadindo/trancando esse espaço. Esse espaço, como demonstra Orlandi (2011), é concebido como o enquadramento do fenômeno a ser analisado, e nele se inscreve a relação entre o público e o privado, a qual necessita de um sistema que a organize. Segundo a autora, esse sistema é o capitalista, “regido pelo jurídico e administrado por um Estado que, como dissemos, organiza os processos de individualização dos sujeitos, simbolizando as relações de poder segundo um sistema de diferenças” (ORLANDI, 2011, p. 696). Assim, a conjuntura social capitalista atual segrega, designa limites, nos quais são atribuídos diferentes sentidos, limitando certos espaços de serem ocupados.

Se atentarmos novamente à palavra rotineiramente, alguns outros efeitos de sentido podem ser percebidos. Um deles relaciona-se com o pré-construído da existência de eventos semelhantes. Como vimos na seção teórica, sobre a historicidade da microrregião, tais eventos foram marcados por conflitos de demarcação das Terras de Guarita, Nonoai, Votouro e Iraí e são acionados por e para a população local.

Partindo para análise da questão **quando**, do *Lead*, para compreendermos os efeitos de sentido decorrentes dessa questão/condição na formulação da notícia e do discurso, tanto podemos considerar que estamos tratando de um advérbio, cujo valor expressa uma circunstância de tempo, quanto podemos considerá-lo como uma conjunção, cuja função é a de estabelecer conexão entre duas orações/períodos.

Se considerado um advérbio, a resposta à questão aparece no presente do indicativo, “estão bloqueando”. Essa é uma característica da produção jornalística, que tem como molde a temporalidade do presente. Como exposto por Genro Filho (1987), após uma releitura de Robert Ezra Park, a notícia, como forma de conhecimento, atém-se preferencialmente ao presente, não ao futuro nem ao passado, pois ela pressupõe anunciar o que está acontecendo agora ou o que

aconteceu num momento anterior ao atual, presente ou passado simples. Uma justificativa para o emprego do tempo presente pode ser pela necessidade de simular a presença do leitor na cena em que se desenrolam os fatos. Como notado por Dalmonte (2010, p. 340), essa é uma estratégia usada pela imprensa para “apresentar ao leitor o plano narrativo, assentado num presente trino e nas possibilidades de criar, junto ao leitor, a crença de estar sobre a cena que se desenrola e diz respeito a sua vida”. Assim, se pensarmos uma leitura com base numa formação discursiva colonialista, com uma visão desenvolvimentista, podemos imaginar que esse sujeito-leitor, ao se inserir na narrativa, depara-se com um bloqueio do desenvolvimento, o que legitima as ações contrárias aos manifestantes.

Por outro ângulo, se analisamos a questão quando enquanto uma conjunção, podemos relacioná-la também com a questão **por que**, condição que não fica explicitada no Lead. Fica a cargo do leitor saber o motivo que levou os Kaingangs a realizar a manifestação. Por isso, para entendermos suas motivações, precisamos olhar tanto para a historicidade, como fizemos na seção teórica, quanto para o recorte temporal do ano de 2017 até o momento das manifestações.

O ano de 2017 trouxe muitos desafios quanto às pautas indígenas. Segundo levantamento feito por Sanchez (2017) para o observatório do agronegócio no Brasil, o De Olho Nos Ruralistas, foram tramitados pelo menos 25 Projetos de Lei no Congresso Nacional que configuraram ameaças aos direitos dos Povos Indígenas e Quilombolas. “A maioria dos projetos foi sintetizada em projetos guarda-chuva, como a PEC 215, que pretende transferir para o Congresso a demarcação de terras tradicionais” (SANCHEZ, 2017, sem página). Esses projetos de Lei só puderam tramitar, pois, o cenário político que vinha se desenrolando desde 2016 tornou-os favoráveis. Com a ascensão de Michel Temer à presidência da república, após o processo de destituição de Dilma Rousseff, a chamada Bancada Ruralista aumentou seu poder político no Congresso Nacional e a exploração dos recursos naturais. Segundo Silva (2017), tal Bancada

constitui-se como amplo grupo político que atua na esfera parlamentar buscando intervenções determinantes para mudanças nos processos regulatórios e nas decisões do poder executivo e judiciário, no que se refere à proteção dos interesses do agronegócio e das formas de avanço do capital no campo, comandado pelas mãos dos latifundiários e do patronato rural. A bancada constitui-se com a presença de ruralistas em partidos políticos, que são eleitos parlamentares e passam a intervir sistematicamente em negociações e formação de alianças com objetivos de intervenções nos processos de votação no poder legislativo, como ressaltam Simionato e Costa (2012). Práticas apoiadas pela ação *lobista*, com vistas a assegurar a ampliação do seu poder e influência no Congresso Nacional (SILVA, 2017, p.446, grifos da autora).

Foi nesse contexto que os povos e organizações indígenas do Brasil convocaram o Acampamento Terra Livre, realizado em Brasília, no Distrito Federal, no período de 24 a 28 de abril de 2017, com o objetivo de reunir em uma grande assembleia as lideranças de todo o Brasil

para discutir e se posicionar sobre a PEC 215 e as violações dos direitos constitucionais que lhes foram concedidos. Mesmo com o arquivamento da PEC 215, foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 20 de julho de 2017, o Parecer Normativo n. 01/2017/GAB/CGU/AGU, em que, dentre as diversas condicionantes para as demarcações de Terras Indígenas (TI), está a tese do Marco Temporal, tal como utilizada no caso da TI Raposa Serra do Sol em 2009. A partir disso, ou seja, **quando** esse fato aconteceu, diversos Povos Indígenas, dentre eles os Kaingangs de Iraí, realizaram manifestações em todo o Brasil. Considerando que o **quando** pode apontar para as condições de produção em sentido amplo, uma nova paráfrase da SD1 poderia ser a seguinte SD1.b:

SD1.b) Kaingangs de Iraí protestam na BR-386, contra o Marco Temporal, manifestando-se pelas demarcações de suas terras.

Pela SD1.b percebemos o silenciamento que ocorre na SD1, em que não é mencionada a motivação dos Kaingangs quando eles estavam se manifestando, silenciando também o debate em torno da tese do Marco Temporal. Como vimos na seção teórica, esse silenciamento está relacionado também com a memória discursiva colonialista, que tinha como objetivo moldar os Povos Indígenas em novos europeus, apagando suas culturas em prol do desenvolvimento.

Esse silenciamento também pode ser percebido na questão **como** do *Lead*. Em nenhum momento fez-se menção no texto sobre a forma como os Kaingangs realizaram o bloqueio da rodovia, tratando-se desse assunto somente pela fotografia que acompanha a notícia. Nela, podemos perceber um grande cartaz onde está escrito “existimos antes de 1988”.

Fotografia 1 – Existimos antes de 1988 16/08/2017



Fonte: (Grupo Chiru Comunicações, 2017).⁸

⁸ Disponível em: <<https://www.grupochiru.com/media/noticias/2658186324209558314/38763.webp>>. Acesso em: 20 jun. 2023

Na fotografia, percebemos em primeiro plano o banner, onde lê-se “existimos antes de 1988”, e galhos por cima da rodovia. Ao fundo, algumas pessoas estão paradas, espalhadas, pela rodovia. A frase no banner funciona como uma afronta à tese do Marco Temporal pois ela justamente pretende definir que os Povos Indígenas só possuem direitos para as terras as quais estivessem ocupando na data da promulgação da Constituição federal em 1988. Já a *des-organização* é percebida em dois momentos, quando a rodovia é bloqueada, e quando olhamos para as pessoas que paralisam a rodovia estando dispersas, dando a impressão de desordem interna, como se os integrantes da manifestação não estivessem unidos.

Analisaremos agora uma segunda notícia do Portal de Comunicações Grupo Chiru, a qual foi veiculada no dia 13 de setembro de 2017 e teve a manchete seguinte, SD4:

SD4) Iraí - Indígenas que bloqueavam BR386 encerram manifestação e trânsito é liberado (Notícia 2, 2017).

E como *Lead* o seguinte texto SD5:

SD5) Um grupo de aproximadamente cem indígenas realizou na manhã desta quarta-feira, 13 de setembro, protesto no km 1 da BR 386, em Iraí, que fica aproximadamente 80 quilômetros de Tenente Portela (Notícia 2, 2017).

Começamos a analisar a partir da questão sobre **o quê** aconteceu, pois novamente aparece na manchete o verbo bloquear, silenciando manifestar. Diferentemente da notícia anterior, nesta, a ação está marcada no *Lead* pelo emprego do passado, a dependência verbal entre “realizou” e “protesto”, da SD5, confere um tom de conclusão de um fato, que traça o fim de um conflito e conseqüentemente um efeito de sentido de alívio e de distanciamento entre o leitor e o acontecimento. No final da manchete, SD4, está apontada a resolução do conflito, “trânsito é liberado”, que, por estar no presente, confere esse sentido de maior proximidade com o leitor, de que é uma informação necessária, pois é da ordem do presente, distanciando-o da pauta indígena.

Assim sendo, a questão **quando**, do *Lead*, enquanto um advérbio de tempo do passado simples, destaca-se em “na manhã desta quarta-feira, 13 de setembro”. Apontando para condições de produção em sentido amplo, que, como vimos a partir de Orlandi (2000, p. 30), “incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Notamos como optou-se, na formulação dessa notícia, em fazer referência a um mês construído historicamente como o da independência brasileira. Tal construção social pode produzir alguns efeitos de sentido como: rememorar/institucionalizar a soberania do Estado brasileiro; questionar se é correto a des-organização social, a partir do que

Orlandi (2011) trata como um planejamento do espaço público a ser mantido; relacionar manifestação como uma luta, dos povos Kaingangs, por independência.

A questão do **onde**, novamente é a mais repetida/enfatizada, tanto na manchete, "Iraí" e "BR386", quanto no *Lead*, "no km 1", "da BR 386", "em Iraí", "que fica aproximadamente 80 quilômetros de Tenente Portela". Tal repetição produz o efeito de que o mais importante é o espaço onde a ação está em jogo. Como bem aponta Orlandi(2007, p. 10), "o movimento do corpo não se faz em um espaço vazio, mas um espaço de interpretação afetado pelo simbólico e pelo político, dentro da história e da sociedade". Assim, podemos nos questionar se o mesmo evento seria a mesma notícia se tivesse ocorrido em outro lugar, onde a relação espaço público/privado se desse de forma diferente. A partir desse questionamento, percebemos algo implícito no dizer, que produz o sentido que a rodovia não é um espaço para ser ocupado pelos Kaingangs, o que parece ser um ritual institucionalizado de uma imprensa que tem como formação ideológica o capitalismo. Além disso, as duas últimas palavras do *Lead* são "Tenente Portela" e, quase no final da notícia, aparece o endereço do site "portelaonline.com.br", um portal on-line do município de Tenente Portela, o que nos leva a pensar que esta notícia, do Grupo Chiru, que tem sua sede no município de Palmitinho, tem como fonte esse outro portal de notícias, produzindo um sentido de organização na notícia, como se ela fosse unânime entre o jornalismo do Grupo Chiru e do Portela Online.

Assim como na notícia anterior, também não aparece na manchete, nem no *Lead*, o **porquê** e o **como** do protesto realizado. No texto, o **porquê** só vai referido no segundo parágrafo, conforme SD6:

SD6) Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF) o grupo pedia a revogação da portaria 683 da Advocacia Geral da União (AGU) que, segundo os manifestantes, pode afetar os processos de demarcação de terras indígenas (Notícia 2, 2017).

Nessa SD podemos perceber o efeito de objetividade, como trouxemos na seção teórica a partir de Traquina (2005), como um procedimento que a instituição jornalística utiliza para assegurar a ela mesma como parte não-interessada no que está veiculando. Quando escolhe formular "que, segundo os manifestantes, pode afetar os processos de demarcação de terras indígenas", a instituição produz o efeito de pôr em suspenso o assunto que está tratando para posicionar-se fora do conjunto das pessoas que defendem essa visão. O efeito produzido é diferente de começar citando "Conforme a Polícia Rodoviária Federal", pois nessa, talvez por ser em ordem direta, pode ser interpretada como parte da opinião do jornal.

Já o sentido de **como** o protesto foi realizado só pode ser produzido a partir da fotografia que

acompanha a notícia.

Fotografia 2 – Demarcação já 13/09/2017



Fonte: (Grupo Chiru Comunicações, 2017).⁹

Nela podemos perceber, no primeiro plano, um tecido, servindo como cartaz que atravessa quase toda a estrada, onde lê-se “demarcação já” (Notícia 2, 2017) e, ao fundo, barreiras de pedras sobre a rodovia e pessoas sentadas nas laterais. A partir dessa imagem, um leitor poderia interpretá-la tanto como um chamado, pedindo ajuda com as demarcações, tendo em vista que, para os manifestantes, o processo de demarcação de terras é fundamental, quanto como uma afronta, uma exigência, pois o próprio ato de cercear o espaço público é visto como uma afronta a partir de uma formação ideológica capitalista.

Por fim, chegamos à questão **quem** do *Lead*, e dela surge uma outra representação para os Kaingangs. Tidos na notícia como “um grupo de aproximadamente cem indígenas”, há no interior desse discurso uma formação discursiva que é da ordem de algo muito mais antigo, do mitológico, visto que essa representação aparece em outros *discursos sobre*. Rosa (2020) aponta um fenômeno semelhante quando trata da hipervisibilidade de corpos-imagens migrantes, a reprodução midiática do sujeito migrante como “um único corpo de muitas cabeças, de muitas faces” (ROSA, 2020, p. 35), de tal forma que silencia as subjetividades e singularidades, passando para uma generalização, uma espécie de estética do corpo-errante. Há ainda, na memória discursiva colonialista, a noção de “horda de selvagens”, encontrada inclusive em discursos-legisladores, como, por exemplo, no

⁹ Disponível em: <<https://www.grupochiru.com/media/noticias/4534289877079719726/39279.webp>>. Acesso em: 20 jun. 2023

Decreto nº 1.318, de 30 de Janeiro de 1854, que estabelece alguns índios como o outro que pode ser justificado escravizar, reduzir em aldeamentos controlados e ocupar suas terras.

2.2.2 Rdfoco

As próximas notícias apresentadas encontram-se no site do Rdfoco, um portal de notícias da cidade de Redentora, que dá nome ao site e sugere que o foco é o município, situado a aproximadamente oito quilômetros da reserva indígena do Guarita. O portal existe desde 2017 e, no período definido para a busca, publicou mais de 5000 notícias, das quais 118 fazem referência à palavra-chave “indígena” e 41 a “índio”. Dentre estas, escolhemos duas para serem analisadas.

A primeira notícia, do portal Rdfoco, a ser analisada foi veiculada no dia 15 de agosto de 2017, trata do mesmo assunto que a primeira notícia analisada do Grupo Chiru, e teve a seguinte manchete, SD7:

SD7) Indígenas bloqueiam BR- 386, em Iraí (Notícia 3, 2017).

E como *Lead* o seguinte texto, SD8:

SD8) Indígenas estão bloqueando a BR-386, na altura do quilômetro 1, no município de Iraí, no local onde rotineiramente acontecem as manifestações dos indígenas. Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF), posto de Seberi, a paralisação total do tráfego de veículos iniciou por volta das 9 horas desta terça-feira, 15. equipes da PRF acompanham a manifestação (Notícia 3, 2017).

Trouxemos essa notícia para demonstrar a institucionalização/repetibilidade das notícias assim como a contrariedade disso que é o fato de que não se diz o mesmo discurso, por mais semelhante que pareça.

Cabe ressaltar aqui a regularidade discursiva presente no *Lead*. Como aponta Mariani (1996,p. 42) regularidade é a “repetição de certos efeitos de sentidos, caracterizados por determinados processos discursivos”, ou seja, nesse caso, a repetição de partes do *Lead* nas notícias 1 e 3. Assim, tais regularidades trabalham na tensão entre o processo parafrástico e o polissêmico que abordamos na teoria, e conseqüentemente essa visibilidade produzida corrobora na consolidação de determinadas memórias do passado, tais como já apontadas a partir do termo “índio”, e a construção de novas memórias do futuro.

Começamos a explorar semelhanças entre a notícia 1 e a notícia 3. Existem repetições nas respostas sobre **o quê**, **quando** e **onde**. Isso se dá, muito provavelmente, pois as fontes de

informação são as mesmas, o jornal O Alto Uruguai e a Polícia Rodoviária Federal, principalmente a segunda, pois é presente no corpo das duas notícias. Neste momento, é interessante voltarmos para a notícia 3 e notarmos que a categoria na qual o jornal alocou-a é, SD9:

SD9) TRÂNSITO / BR-386 BLOQUEADA (Notícia 3, 2017)

Isso se alinha com a notícia 1, pois demonstra que o critério de visibilidade está vinculado ao espaço que os Kaingangos escolheram ocupar e com a ação que eles se propuseram a realizar. Tal ponto de encontro só é possível pois existe, no interior do interdiscurso da microrregião, o domínio de uma formação discursiva sobre outras formações discursivas. Mas, existem algumas heterogeneidades, outras vozes, nesse processo também.

A primeira delas a destacar é a forma como a resposta à questão **quem** aparece na notícia. Embora o *Lead* seja muito parecido, notamos diferenças na manchete e, como bem vimos, no intradiscorso, na formulação. Tais modificações produzem outros efeitos de sentido. Onde, na notícia 1, aparece o termo “índio”, na notícia 2 usa-se o termo “indígena”, o que sugere que a notícia 1 é muito mais carregada, ideologicamente, de uma formação discursiva colonialista. Isso porque o termo “índio” remete, no pré-construído, à aquele primeiro contato de colonização, quando desconhecia-se os habitantes da América, mas era necessário lhes atribuir um nome. Já o termo “indígena” veio posteriormente, quando começaram a surgir os questionamentos se não seriam esses habitantes originários desta terra, que estavam aqui antes da chegada de outros. Como afirma Orlandi (2022, p. 14), “a memória não fica no passado, inerte. Ela se conta no sujeito pelo que significa”. Nesse caso, ela significa essa tentativa de adaptação a um novo modelo de falar *sobre* os Povos Indígenas sem se reportar necessariamente à memória do passado colonialista.

Quando analisamos a questão do **porquê**, a partir da notícia 3, percebemos que é muito mais reduzida, limitando-a para “a pauta da manifestação, são reivindicações dos povos indígenas”. Dessa forma, o motivo não fica explicado, só mencionado que são reivindicações, silenciando a pauta da manifestação, invisibilizando toda uma cultura. Questionamos aqui, se essa informação não entrou somente por intermédio do *Lead*, tendo em vista que ela não está amarrada ao restante do texto por nenhum conector discursivo.

Ao não agenciar adequadamente o debate público sobre as pautas indígenas, o jornalismo pode perpetuar o silenciamento e a marginalização dessas pessoas, não reconhecendo o seu poder de protestar e reivindicar por seus direitos. Segundo Mariani (1996), o que trabalha nesse silenciamento é a noção de (pre)visibilidade, dando ilusão que nada muda, ou que nada mudou. Nesse caso pondo em suspenso a possibilidade da produção de outros sentidos e historicidades do

que significa ser um indígena da etnia Kaingang, trabalhando somente com a memória discursiva do que é ser indígena.

A partir da questão **como** do *Lead*, que, novamente, apresenta-se por uma fotografia, percebemos na escolha um distanciamento entre o sujeito-fotógrafo e a cena.

Fotografia 3 – Distanciamento 15/08/2017



Fonte: (RDFoco Notícias, 2017).¹⁰

Na imagem, em primeiro plano e desfocado, existe uma pilha de pedras que ocupa quase um terço da fotografia. No plano médio, existem galhos e mais pedras espalhadas, simbolizando a forma como os indígenas, sujeitos da notícia, realizaram o bloqueio. No plano de fundo, existem pessoas sentadas na estrada e no acostamento. Pela composição da fotografia, dá-se a entender que existe um distanciamento entre sujeito-fotógrafo e sujeito-indígena, sendo que o primeiro precisaria se esconder para conseguir captar a imagem. Além disso, não está presente na fotografia escolhida o cartaz que aparece na imagem escolhida na notícia 1, dificultando a produção de sentidos sobre o motivo que levou ao bloqueio.

No caso dessa fotografia, dá-se força ao funcionamento metafórico da pedra, tornando-a um objeto gigantesco. Tal enquadramento dado à pedra reforça a presença indígena no espaço público como um entrave, um obstáculo, retomando ao próprio debate sobre o bloqueio da rodovia. Reside também no intradiscurso, o pré construído de que indígenas atiram pedras em veículos, muitas vezes impulsionado por narrativas negativas e desinformadas sobre as comunidades indígenas.

¹⁰ Disponível em: <<https://rdfoco.com.br/images/noticias/3187/1032583237.jpg>>. Acesso em: 20 jun. 2023

Sobre o bloqueio, imaginemos a seguinte paráfrase SD7.a:

SD7.a) Kaingangs bloqueiam Terra Indígena em Iraí

A partir da SD7.a percebemos uma polarização no sentido do bloqueio, onde, no caso original, a paralisação estaria travando todo um ideário de progresso que não deve ser atrasado, enquanto que na SD7.a, existe toda uma pré-construção de isolamento da formação social, de uma comunidade que não progride, e por isso não existe a necessidade de intervenção.

A última notícia, do portal RDFoco, que analisaremos foi veiculada no dia 13 de setembro de 2017. Trata do mesmo acontecimento que a segunda notícia analisada, do Grupo Chiru, e teve a seguinte manchete, SD10:

SD10) Indígenas bloqueiam BR-386 em Iraí (Notícia 4, 2017).

E como *Lead* o seguinte texto, SD11:

SD11) A PRF acompanha o bloqueio da BR 386, km1, em Iraí, que ocorre desde a manhã desta quarta-feira (13) (Notícia 4, 2017).

Acompanhando a prática discursiva do *Lead*, as respostas a tais perguntas deveriam revelar o acontecimento central da história, conforme mencionamos previamente. Como vimos, a ideia de revelar tal fato como verdadeiro é um efeito ideológico, de tal modo que a linguagem se insere nessa tentativa de dar conta de reproduzir os efeitos de sentido entre diferentes sujeitos. Assim, quando olhamos para a formulação do *Lead*, SD11, uma primeira paráfrase, SD11.a, pode ser elaborada:

SD11.a) Kaingangs de Iraí protestam na BR-386 contra a portaria 683 e pelo direito a suas terras. Eles se manifestam com cartaz onde está escrito “nós existimos antes de 1988”.

A partir da comparação entre as SDs, percebemos três possibilidades para o **quem** da notícia original:

SD11.b) os Kaingangs de Iraí que protestam na BR-386

SD11.c) os Indígenas que bloqueiam a BR-386

SD11.d) a PRF que acompanha o bloqueio da BR-386

A partir dessas sequências, podemos descrever alguns deslizamentos, frutos do efeito metafórico (ORLANDI, 2000). Na SD11, embora o termo “indígena” esteja oculto/silenciado no *Lead*, ele ainda aparece, implicitamente, conduzido pela manchete a ser produzido a partir do interdiscurso. Podemos pontuar também o silenciamento dos Povos Kaingangs decorrente da

escolha por situar a PRF no início do *Lead*. Na notícia, a ação que a PRF está realizando, o **quê** da questão, é “acompanhar” o bloqueio. Acompanhar, segundo o dicionário on-line Dicio¹¹, tem o sentido de “ir junto com, seguir, reconduzir, acompanhar”, mas não é só esse sentido presente na SD11, nela percebemos uma aproximação entre acompanhar e vigiar/supervisionar. Poderíamos, por exemplo, mudar o sujeito da oração para:

SD11.e) estudantes acompanham o bloqueio da BR-386

Ou:

SD11.f) MST acompanha o bloqueio da BR-386

Desse movimento percebemos como a ação da PRF é eufemizada pelo verbo acompanhar, pois, todos sabemos, o pré-construído implica (PÊCHEUX, 1988), que a função social da polícia é vigiar e zelar pela manutenção da ordem, pela segurança dos cidadãos, e, no caso da polícia rodoviária federal, também pela manutenção da ordem nas rodovias.

Chegamos, pois, à questão **onde**, da notícia, o lugar que não deveria ser ocupado, a informação mais retomada. Segundo Orlandi (2007, p. 7, grifo da autora), “o espaço significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar, de *enquadrar* o acontecimento”. Assim, o espaço também materializa opções, condiciona a produção do discurso, pois, se os Kaingangs estivessem se manifestando em outro lugar, que não a BR, talvez a notícia se desse de outro modo. Dessa forma, o jornalismo enquanto articulador da memória social, ao perceber tendências de opinião pública em determinado fato, como defende Mariani (1996), pode concedê-lo visibilidade, tornando-o notícia.

Portanto, o espaço, o **onde**, tanto está condicionando à produção jornalística quanto concedendo visibilidade ao evento. Voltando na SD11, podemos constatar que o restante do *Lead*, o **quando**, “ocorre desde a manhã desta quarta-feira (13)”, e também está vinculado ao bloqueio da rodovia.

Então, no *Lead*, temos o silenciamento do **porquê** e do **como**. Na manchete, por exemplo, os “indígenas” aparecem como os agentes, os produtores de uma espécie de desordem social, mas em nenhum momento explica-se como. Essa informação só é inserida no intradiscurso, por meio da fotografia, quando o leitor acessa a notícia completa.

Fotografia 4 – Repudiamos a portaria da AGU 683 e Nós existimos antes de 1988 13/09/2017

11 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/acompanhar/#:~:text=Significado%20de%20Acompanhar,acompanhar%20uma%20explica%C3%A7%C3%A3o%2C%20racioc%C3%ADnio%20etc>>. Acesso em: 19 jun. 2023



Fonte: (RDFoco Notícias, 2017).¹²

Esse silenciamento esconde da sociedade brasileira um problema que ela mesma criou, com todas as jurisprudências indigenistas testadas ao longo dos séculos. Resolver esse problema implicaria reconhecer o direito à autodeterminação das comunidades originárias, implicaria olhar para o **como**/modo de vida, hábitos, costumes e aceitar as diferenças. Esse silenciamento também implica que do contrário, para tornar visível, seria necessário olhar para o **porquê** de esses povos estarem lutando.

No caso de todas as notícias, então, a escolha pelos termos “índio” e “indígena” pode sinalizar à formação discursiva de uma imprensa que visa às grandes audiências e, conseqüentemente, aos lucros que ela pode trazer. Ao utilizar a nomenclatura mais genérica possível, o que entendemos como um dos rituais institucionais do jornalismo, permite-se uma maior identificação simbólica, aquilo que todo mundo deve saber. Aliando isso a uma época de alta demanda de interesse público por acesso rápido à informação, dá-se mais importância ao sentido de que os indivíduos são indígenas, indistintamente, não ao de que são, singularmente, sujeitos Kaingangs. O procedimento de generalização, em “indígenas”, pode ser entendido como um gesto de os jornais tentarem alavancar as suas próprias visibilidades, principalmente se levarmos em conta mecanismos de busca como o Google ou até mesmo as redes sociais, que priorizam o uso de palavras-chave para acelerar a entrega de resultados. Em outros termos, trata-se de um gesto de visibilizar o jornal enquanto que os Kaingangs permanecem no âmbito do silenciamento e da invisibilidade.

12 Disponível em: <<https://rdfoco.com.br/images/noticias/3710/69115968.jpg>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, colocamos em estudo o processo de formulação do discurso jornalístico acerca dos povos Kaingangs no Rio Grande do Sul. Iniciamos nossa investigação com um mergulho na teoria da Análise de Discurso, pois esta colabora na possibilidade de refletirmos sobre as relações de significação entre os sujeitos e a sociedade, na história, pelo ideológico. Pelo discurso, a partir de sua materialidade, podemos melhor contemplar o lugar da interpretação, nesse entremeio da produção de sentidos e de identificações do sujeito com a realidade que o cerca.

Nos estudos da AD, fizemos um percurso que iniciou pela definição do que entendemos como discurso e partimos para seus desdobramentos, como as noções de: condições de produção, considerando sobretudo o interdiscurso/constituição e o intradiscurso/formulação e seus desenrolares; a posição sujeito e suas formações ideológicas e discursivas; e a incompletude do discurso, ponderada a partir da metáfora, da polissemia, da paráfrase e do silenciamento. Essa imersão na perspectiva discursiva foi muito importante, porque ela serviu como sustentação teórica para abordarmos nosso primeiro objetivo específico da pesquisa, qual seja, o de compreender o papel da visibilidade midiática na construção da memória discursiva sobre os povos originários. Foi quando estabelecemos que a memória discursiva não deve ser compreendida como a memória de um indivíduo, e sim como os sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, da memória construída do historiador. Sendo assim, constatamos que o discurso jornalístico se insere na disputa pela predominância de um sentido comum à sociedade na qual está contemplado. Para isso, faz uso de práticas inscritas na memória social, práticas de falar *sobre* algo. Como atesta Orlandi (2008, p. 44), o discurso *sobre* é um lugar importante para “organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*)”.

Nesse sentido, o jornalismo, enquanto *discurso sobre*, articulador (e silenciador), desempenha um papel crucial na formação e manutenção de discursos que moldam a percepção da sociedade em relação a questões políticas, sociais e culturais. Assim, como afirma Mariani (1996, p. 62), o discurso jornalístico “tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tomando-as eventos-notícias”. Na análise percebemos que os eventos-notícia não estavam atrelados, principalmente, aos povos originários, mas sim à relação com o espaço que estavam ocupando/bloqueando.

Essa constatação foi necessária, pois, interliga-se com a memória discursiva inscrita em práticas presumidas a partir da leitura de Pêcheux (1999). Assim, aproximando o pensamento de

Genro Filho (1987) das noções da AD, a partir das leituras de Mariani, Orlandi e Pêcheux, tomamos conhecimento que o formato de textos noticiosos está institucionalizado devido a um longo processo histórico de regularidades discursivas da imprensa, de um processo ideológico amplo de construção de práticas discursivas e não-discursivas, um processo que, por meio de efeitos de evidência, torna invisível o processo de interpelação ideológica e legitima determinadas práticas ou condutas sociais.

Assim, ao explorarmos de que forma se constitui o discurso institucional da imprensa, em especial na formulação da notícia, encontramos a técnica do *Lead*. Na análise exploramos a construção do *Lead* e constatamos que essa técnica é uma das condições de produção do discurso jornalístico, em sentido estrito, que propõe estabelecer o que deve e o que não deve conter no início de uma notícia. Assim, as respostas, de forma ilusoriamente objetiva, das questões o quê, quem, quando, onde, como e por quê, deveria “revelar” o acontecimento central da história. No entanto, como pudemos constatar, essa concepção de apresentar tal fato como verdadeiro, e de que é possível alcançar a objetividade, é um efeito ideológico, uma vez que as condições de produção são diversas e complexas. Por exemplo, identificamos na análise que as perguntas do *Lead* mais enfatizadas foram **O quê, Onde e Quem** e as mais silenciadas **Por quê, Como e Quando**. Dessa forma, por mais que as respostas às duas últimas questões sejam um pouco mais visíveis do que os motivos dos protestos, elas não necessariamente estão agenciando o debate público em prol das manifestações, mas sim em torno do bloqueio do trânsito na rodovia federal, o que consideramos também como uma retomada das três questões do *Lead* mais enfatizadas. Dessa forma, essa análise abre espaço para continuarmos discutindo a possibilidade de um jornalismo formulado a partir de outras Formações Discursivas, que trabalhem/visibilizem mais o **Por quê** ou o **Como**, visibilizando para o debate público diferentes perspectivas das questões indígenas.

Para compreender a historicidade do material de análise, foi importante percorrer a história construída sobre a microrregião do Médio Alto Uruguai, levando em consideração os pré-construídos sobre os Povos Indígenas. Para isso, realizamos uma releitura do passado sul-brasileiro e gaúcho, por meio da qual tratamos das principais diretrizes que o Estado colonialista instituiu, leis que tratavam mais da terra a ser conquistada do que dos povos que já a habitavam. A partir de Orlandi (2007), concebemos que os diferentes espaços, em disputa, compreendem experiências e materialidades distintas e, neles, permite-se tratar dos sujeitos e condições de produção variadas. Verificamos na análise que o discurso jornalístico *sobre* pode estar baseado em formações imaginárias criados a partir de conflitos pelo território entre colonizadores e colonizados, uma vez que herdou do processo de colonização cinco deslizes de sentido pré-construídos do que é ser índio (FREIRE, 2009), que perpassam para o indígena, a depender das condições de produção, são eles: o

índio genérico, a cultura atrasada, a cultura congelada, a cultura do passado e o índio como não brasileiro. Dessa forma, cabe aqui ressaltar a importância de outros olhares para essa temática, enfatizar a importância contínua de refletir sobre a visibilidade dos Povos Indígenas na mídia. Essa reflexão ganha ainda mais relevância quando é conduzida a partir da perspectiva dos próprios Kaingangs, pois são eles que detêm um conhecimento mais profundo sobre sua cultura e sua relação com a sociedade circundante. Valorizar suas vozes e experiências é fundamental para evitar estereótipos e distorções na cobertura midiática, permitindo uma abordagem mais respeitosa, autêntica e inclusiva das questões indígenas. Ao promover o diálogo intercultural e ouvir as narrativas dos Kaingangs, podemos avançar em direção a uma maior representatividade da diversidade cultural que compõe a rica tapeçaria da sociedade brasileira.

Com isso, concluímos que, ao utilizar as designações índio e indígena, não só a imprensa silencia outros termos e a possibilidade de outros sentidos, atuando na manutenção de sentidos dominantes no interdiscurso, mas também faz uso dos termos quando lhe é conveniente, na busca por visibilidade, para manter seu mercado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antonio Cavalcante. **Aspectos das políticas indigenistas no Brasil**. Interações (Campo Grande), [S. l.], v. 19, n. 3, p. 611–626, 2018. Disponível em: <<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1721>>. Acesso em: 1 jun. 2023.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2014.
- AUBERT, Nicole. HAROCHE, Claudine. Ser visível para existir: a injunção da visibilidade. in: AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine (Orgs). **Tirania da Visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas**. Tradução: Francisco de Fátima da Silva, Andrea Stahel, São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013. p. 13-29.
- BARBORA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Martins Livreiro Editora, 1985.
- BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. Formação do jornalista contemporâneo: a história de um trabalhador sem diploma. **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 337-358, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/9XbttNwC3vTMOFSGKsQmjtz/?lang=pt>>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei Nº 601**, de 18 de Setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Palácio do Rio de Janeiro, 1850.
- CACERES DAN, Vivian Lara; ASSIS, Flavia Benedita Sousa de. A tese do Marco Temporal nas decisões do Supremo Tribunal Federal e a controvérsia possessória acerca dos direitos territoriais indígenas. **Teoria Jurídica Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2020. p. 263-285. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rjur/article/view/25496>>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

DALMONTE, Edson Fernando. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. **História (São Paulo)**, vol. 29, núm. 1, 2010, pp. 328-344, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://repositoriohml.ufba.br/handle/ri/12437>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

DAMBRÓS, Cristiane. Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil. **Revista Nera**, [S. l.], n. 48, p. 174–189, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6371>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

DURHAM, Eunice R. O lugar do índio. In: VIDAL, Lux (Org.). **O índio e a cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11-9.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Cinco Ideias equivocadas sobre os índios**. Dia a dia Educação, Governo do Estado do Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/cinco_ideias_equivocadas_jose_ribamar.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

FREIRE, José R. B. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro, EdUERJ. 2011.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Porto Alegre, Editora Tchê. 1987.

HEINZMANN, Yasmin Schreiner. **Discurso sobre a Pátria em O Cerro Largo durante a ditadura militar brasileira**. 2022. 157f. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26847/DIS_PPGLLETRAS_2022_HEINZMANN_YASMIN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2023.

INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 12, p.111-131, 2002. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/507>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução: Ivone Castilho Benedetti, Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul:** da pré-história aos dias atuais: ensaio de interpretação marxista. Porto Alegre, RS: FCM Editora, 2021.

MATOS, Olgária. Democracia e visibilidade: Princípios de Realidade e Sociedade da Comunicação. in: AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine (Orgs). **Tirantias da Visibilidade:** o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas. Tradução: Francisco de Fátima da Silva, Andrea Stahel, São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013. p. 343-353.

MARIANI, Bethania. **O Comunismo Imaginário:** Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1996. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/115379>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARIANI, Bethania. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 47–62, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo:** o Estado de São Paulo. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. in: BOMFIM, Ivan(org.) et al. **Mídia e zeitgesit.** 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021. p.113-138.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Historicidade, Indivíduo e Sociedade: O sujeito na Contemporaneidade. **Seminário de Estudos em Análise do Discurso.** v. 3. 2007. Disponível em:<<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/3SEAD/ConferenciaMesaRedonda/EniPORlandi.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Casa e a Rua: uma relação política e social. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 36, n. 3, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18491>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, Tu, Ele**: Discurso e o real da história. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995;

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise. HAK, Tony (Orgs.). **Por Uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. in: ACHARD, Pierre ...[et al.]. **Papel da Memória**. Tradução: José Horta Nunes, Campinas, SP: Editora Pontes, 1999. p. 49-57.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.115-132.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, Marluza da . A hipervisibilidade do corpo-imagem migrante: uma estética do nomadismo na invisibilidade social. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 25–43, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33057> >. Acesso em: 18 jun. 2023.

ROSA, Marluza da; FLORES, Isadora G. Um corpo duplamente esfacelado: (in)visibilidade das vítimas de feminicídio em manchetes de jornal. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 147-168 2020. Disponível em: <<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3159> >. Acesso em: 1 jun. 2023.

SANCHEZ, Izabela. Bancada ruralista já propôs 25 Projetos de Lei que ameaçam demarcação de terras indígenas e quilombolas. **DE OLHO NOS RURALISTAS**, São Paulo, SP. 2017. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/11/bancada-ruralista-ja-propos-25-projetos-de-lei-que-ameacam-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas/>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. 32. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2010;

SCHNEIDERS, Caroline M.; HEINZMANN, Yasmin S.. “Brasileiros, filhos, cidadãos, povo e revolução”: o funcionamento do ideológico e do político nos processos de significação. **Caderno de Letras**, Pelotas, RS, n. 41, p. 111-128, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/21484>>. Acesso em 10 out. 2022.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas. **Temporalis**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 437–457, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17658>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Trabalho, expropriação, Povos Indígenas no Brasil e a lógica do capital. **Temporalis**, [S. l.], v. 22, n. 43, p. 174–190, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38228>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SPURK, Jan. Do reconhecimento à Insignificância. in: AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine (Orgs). **Tirania da Visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas**. Tradução: Francisco de Fátima da Silva, Andrea Stahel, São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013. p. 333-342.

SOARES, Neures Batista de Paula; ZATTAR, Neuza Benedita da Silva. A designação do índio nas relações integrativas de enunciados da lei 6.001/73. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 80–107, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8665483>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ZANOTTO, Marieli. STÜBE, Ângela D. Imaginário sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa. **Revista Eletrônica Interfaces**, Guarapuava, PR, v. 13, n.3, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7215> Acesso em: 13 mar. 2023.

ANEXOS

ANEXO I – TABELA COM LINKS PARA AS NOTÍCIAS ENCONTRADAS

Nº e DATA	Manchete	Link para a notícia
1 – 15/04/2017	Redentora - Indígena morre atropelado; motorista fugiu sem prestar socorro	https://www.grupochiru.com/noticias/redentora-indigena-morre-atropelado-motorista-fugiu-sem-prestar-socorro/
2 – 27/04/2017	Miraguaí: Polícia investiga crime contra patrimônio público e suspeita de autoria recai sobre adolescentes indígenas	https://www.grupochiru.com/noticias/miraguai-policia-investiga-crime-contra-patrimonio-publico-e-suspeita-de-autoria-recai-sobre-adolescentes-indigenas/
3 – 28/04/2017	Tenente Portela: Manifestantes se reuniram na praça do Índio no centro da cidade	https://www.grupochiru.com/noticias/tenente-portela-manifestantes-se-reuniram-na-praca-do-indio-no-centro-da-cidade/
4 – 27/06/2017	Iraí - Indígenas bloqueiam BR386 na divisa do RS com SC	https://www.grupochiru.com/noticias/irai-indigenas-bloqueiam-br386-na-divisa-do-rs-com-sc/
5 – 01/08/2017	Tenente Portela: Indígena é ferido a faca em briga de vizinhos	https://www.grupochiru.com/noticias/tenente-portela-indigena-e-ferido-a-faca-em-briga-de-vizinhos/
6 – 16/08/2017	Iraí - Índios bloqueiam BR386 próximo a divisa com SC	https://www.grupochiru.com/noticias/irai-indios-bloqueiam-br386-proximo-a-divisa-com-sc/
7 – 13/09/2017	Iraí - Indígenas que bloqueavam BR386 encerram manifestação e trânsito é liberado	https://www.grupochiru.com/noticias/irai-indigenas-que-bloqueavam-br386-encerram-manifestacao-e-transito-e-liberado/
8 – 21/11/2017	Miraguaí - Reserva indígena foi local de preparação para assalto de agências bancárias	https://www.grupochiru.com/noticias/miraguai-reserva-indigena-foi-local-de-preparacao-para-assalto-de-agencias-bancarias/

		bancarias/
9 – 25/11/2017	Palmeira das Missões - FUNAI deverá marcar eleições para escolha do novo cacique da Reserva Indígena do Guarita	https://www.grupo chiru.com/noticias/palmeira-das-missoes-funai-devera-marcas-eleicoes-para-escolha-do-novo-cacique-da-reserva-indigena-do-guarita/
10 – 20/12/2017	Reserva Guarita: MPF é contra criação de patrulha indígena	https://www.grupo chiru.com/noticias/reserva-guarita-mpf-e-contra-criacao-de-patrulha-indigena/
11 – 01/03/2017	Indígena é preso após estuprar menina de 12 anos em Ronda Alta	https://rdfoco.com.br/noticia/194/
12 – 15/03/2017	Escola indígena paralisa as aulas	https://rdfoco.com.br/noticia/380/
13 – 29/03/2017	Deflagrada operação Policial na Região	https://rdfoco.com.br/noticia/595/
14 – 14/04/2017	ACIDENTE COM VÍTIMA FATAL NA ERS 317 EM REDENTORA	https://rdfoco.com.br/noticia/882/
15 – 20/04/2017	Indígenas buscam qualificação profissional e trabalho na Serra	https://rdfoco.com.br/noticia/958/
16 – 01/05/2017	Comunidade indígena é atacada em Viana (MA) e dezenas ficam feridos, diz Cimi	https://rdfoco.com.br/noticia/1148/
17 – 13/05/2017	Homem baleado em baile da entrada no Hospital de Tenente Portela	https://rdfoco.com.br/noticia/1394/
18 – 24/05/2017	REUNIÃO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA RESERVA INDÍGENA DO GUARITA	https://rdfoco.com.br/noticia/1614/
19 – 03/06/2017	JOVEM INDÍGENA É MORTO EM REDENTORA	https://rdfoco.com.br/noticia/1831/
20 – 27/06/2017	Indígenas bloqueiam BR-386 em Iraí	https://rdfoco.com.br/noticia/2332/
21 – 03/07/2017	Indígenas retiram servidores e invadem Sesai em Passo Fundo	https://rdfoco.com.br/noticia/2470/
22 – 04/07/2017	Indígenas bloqueiam ERS 324 em Três Palmeiras	https://rdfoco.com.br/noticia/2472/
23 – 05/07/2017	Grupos indígenas voltam a bloquear rodovias no estado	https://rdfoco.com.br/noticia/2504/
24 – 10/07/2017	ADMINISTRAÇÃO INTENSIFICA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS NA RESERVA INDÍGENA	https://rdfoco.com.br/noticia/2613/
25 – 31/07/2017	Indígena é esfaqueado nesta	https://rdfoco.com.br/noticia/2923/

	manhã em Tenente Portela	
26 – 03/08/2017	Funai lança portal que permite monitorar terras indígenas de forma remota	https://rdfoco.com.br/noticia/2969/
27 – 10/08/2017	Indígenas ocupam área de universidade em Iraí	https://rdfoco.com.br/noticia/3085/
28 – 15/08/2017	Indígenas bloqueiam BR- 386, em Iraí	https://rdfoco.com.br/noticia/3187/
29 – 31/08?2017	Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul avança nos investimentos em atenção à saúde e saneamento da população indígena	https://rdfoco.com.br/noticia/3473/
30 – 05/09/2017	Briga deixa indígena grávida ferida em Miraguai	https://rdfoco.com.br/noticia/3557/
31 – 06/09/2017	Polícia procura por crianças indígenas desaparecidas em El Soberbio	https://rdfoco.com.br/noticia/3580/
32 – 09/09/2017	Crianças indígenas que estavam desaparecidas em El Soberbio foram encontradas em Itapiranga	https://rdfoco.com.br/noticia/3629/
33 – 12/09/2017	O Distrito Sanitário Especial Indígena – Interior Sul promoveu a abertura das atividades relacionadas ao mês SETEMBRO AMARELO	https://rdfoco.com.br/noticia/3696/
34 – 13/09/2017	INDÍGENAS BLOQUEIAM BR- 386 EM IRAÍ	https://rdfoco.com.br/noticia/3710/
35 – 15/09/2017	NOVAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE VAI BENEFICIAR A POPULAÇÃO INDÍGENA DA TERRA INDÍGENA DO GUARITA	https://rdfoco.com.br/noticia/3782/
36 – 21/09/2017	Rede Estadual Indígena de Redentora e Escolas de Miraguai aderem a paralização	https://rdfoco.com.br/noticia/3892/
37 – 30/09/2017	Briga entre indígenas resulta em um morto em Redentora	https://rdfoco.com.br/noticia/4072/
38 – 06/11/2017	Vereador de Tenente Portela é preso em frente a câmara	https://rdfoco.com.br/noticia/4775/
39 – 07/11/2017	Nova fase da Operação Novo Cangaço prende cacique da Terra Indígena do Guarita	https://rdfoco.com.br/noticia/4792/
40 – 11/11/2017	Força Nacional chega à reserva indígena em Charrua para garantir	https://rdfoco.com.br/noticia/4857/

	segurança após conflitos	
41 – 16/11/2017	Comando ambiental detecta desmatamento na Terra Indígena do Guarita em Tenente Portela	https://rdfoco.com.br/noticia/4950/
42 – 18/11/2017	Reserva indígena do Guarita na mira de facções criminosas	https://rdfoco.com.br/noticia/4967/
43 – 20/11/2017	Polícia Federal prende indígenas autores de homicídio em Charrua	https://rdfoco.com.br/noticia/5018/
44 – 21/11/2017	MPF/RS busca entendimento entre indígenas da Reserva de Guarita, em Palmeira das Missões	https://rdfoco.com.br/noticia/5038/
45 – 05/12/2017	MPF e FUNAI acertam nova eleição para escolha de Cacique do Guarita	https://rdfoco.com.br/noticia/5272/
46 – 19/12/2017	MPF repudia criação de "patrulha indígena" na Terra Indígena do Guarita	https://rdfoco.com.br/noticia/5503/
47 – 30/12/2017	MEMBROS DA COMUNIDADE INDÍGENA DENUNCIAM SUPOSTA INTERFERÊNCIA EXTERNA	https://rdfoco.com.br/noticia/5689/
48 – 24/04/2017	Índios bloqueiam BR-386 em Iraí	https://rdfoco.com.br/noticia/1022/
49 – 09/05/2017	General do Exército é nomeado presidente interino da Funai	https://rdfoco.com.br/noticia/1335/
50 – 04/07/2017	Índios pedem a saída de redentorense coordenador da DSEI	https://rdfoco.com.br/noticia/2484/
51 – 11/09/2017	Funai e MPF confirmam investigação que apura suposto massacre de índios isolados na Amazônia	https://rdfoco.com.br/noticia/3685/
52 – 14/09/2017	Funai esclarece papel na mediação de conflitos entre índios e ausência na operação realizada em Charrua	https://rdfoco.com.br/noticia/3728/
53 – 25/09/2017	Rio dos Índios - Jovem morre após sofrer acidente com moto	https://rdfoco.com.br/noticia/3969/
54 – 20/11/2017	Diálogo interceptado pela Polícia Civil revela envolvimento de cacique em roubo a bancos	https://rdfoco.com.br/noticia/5015/
55 – 21/03/2017	Cacique é executado a tiros no interior de Ronda Alta	https://rdfoco.com.br/noticia/453/
56 – 24/04/2017	Índios bloqueiam BR-386 em Iraí	https://rdfoco.com.br/noticia/1022/
57 – 28/04/2017	Mobilizações movimentam a região nesta sexta-feira	https://rdfoco.com.br/noticia/1094/
58 – 03/06/2017	Sobe para 4,4 mil pessoal	https://rdfoco.com.br/noticia/1834/

	desabrigadas no RS devido as chuvas da semana	
59 – 04/06/2017	Associação Chapecoense em Redentora	https://rdfoco.com.br/noticia/1854/
60 – 05/06/2017	Operação Perdigueiro é deflagrada no Noroeste do Estado	https://rdfoco.com.br/noticia/1866/
61 – 30/06/2017	Cidades gaúchas atingidas por temporais recebem recursos para recuperação de rodovias	https://rdfoco.com.br/noticia/2404/
62 – 03/07/2017	Indígenas retiram servidores e invadem Sesai em Passo Fundo	https://rdfoco.com.br/noticia/2470/
63 – 07/07/2017	Polícia recupera em Miraguaí veículo furtado em Porto Alegre	https://rdfoco.com.br/noticia/2540/
64 – 02/08/2017	Jovem de Palmeira das Missões, Gabriel Rosseto acerta com Fluminense	https://rdfoco.com.br/noticia/2946/
65 – 11/09/2017	Funai e MPF confirmam investigação que apura suposto massacre de índios isolados na Amazônia	https://rdfoco.com.br/noticia/3685/
66 – 14/09/2017	Funai esclarece papel na mediação de conflitos entre índios e ausência na operação realizada em Charrua	https://rdfoco.com.br/noticia/3728/
67 – 25/09/2017	Rio dos Índios - Jovem morre após sofrer acidente com moto	https://rdfoco.com.br/noticia/3969/
68 – 26/09/2017	Manifestantes bloqueiam a BR-386, em Iraí	https://rdfoco.com.br/noticia/3993/
69 – 11/11/2017	Força Nacional chega à reserva indígena em Charrua para garantir segurança após conflitos	https://rdfoco.com.br/noticia/4857/
70 – 20/11/2017	Diálogo interceptado pela Polícia Civil revela envolvimento de cacique em roubo a bancos	https://rdfoco.com.br/noticia/5015/
71 – 20/11/2017	Polícia Federal prende indígenas autores de homicídio em Charrua	https://rdfoco.com.br/noticia/5018/
72 – 30/11/2017	Homem suspeito de duplo homicídio é preso em Redentora	https://rdfoco.com.br/noticia/5178/
73 – 18/12/2017	Depois de quase três séculos, escultura de São Nicolau irá voltar para casa	https://rdfoco.com.br/noticia/5472/
74 – 19/12/2017	MPF repudia criação de "patrulha indígena" na Terra Indígena do Guarita	https://rdfoco.com.br/noticia/5503/
75 – 20/12/2017	Reunião define datas do	https://rdfoco.com.br/noticia/5516/

	Calendário de Eventos Municipais	
76 – 02/09/2017	13ª RODADA DA COPA CMD DE FUTSAL EDIÇÃO 2017	https://rdfoco.com.br/noticia/3506/
77 – 05/09/2017	Briga deixa indígena grávida ferida em Miraguai	https://rdfoco.com.br/noticia/3557/
78 – 07/09/2017	REDENTORA PREFEITO REALIZA ENTREGA DE DOIS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS	https://rdfoco.com.br/noticia/3594/
79 – 09/09/2017	14ª RODADA DA COPA CMD DE FUTSAL	https://rdfoco.com.br/noticia/3631/
80 – 14/09/2017	NUTRICIONISTA PALESTRA PARA GRUPO DE GESTANTES	https://rdfoco.com.br/noticia/3743/
81 – 15/09/2017	NOVAS UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE VAI BENEFICIAR A POPULAÇÃO INDÍGENA DA TERRA INDÍGENA DO GUARITA	https://rdfoco.com.br/noticia/3782/
82 – 16/09/2017	ERS 330 EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO	https://rdfoco.com.br/noticia/3802/
83 – 18/09/2017	OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA ERS 330	https://rdfoco.com.br/noticia/3829/
84 – 18/09/2017	Após roubo de veículo em Irapua BM troca tiros com criminosos em Tenente Portela	https://rdfoco.com.br/noticia/3841/
85 – 19/09/2017	COPA CMD DE FUTSAL CHEGA HOJE A ÚLTIMA RODADA DA FASE CLASSIFICATÓRIA	https://rdfoco.com.br/noticia/3843/
86 – 20/09/2017	DEFINIDOS TODOS OS CLASSIFICADOS DA COPA CMD DE FUTSAL EDIÇÃO 2017	https://rdfoco.com.br/noticia/3869/
87 – 20/09/2017	Confira os classificados e a rodada da sexta-feira	https://rdfoco.com.br/noticia/3881/
88 – 26/09/2017	SERVIDORES ESTADUAIS FIZERAM MANIFESTO NA PRAÇA REDENÇÃO DE REDENTORA	https://rdfoco.com.br/noticia/4003/
89 – 28/09/2017	SERVIDORES ESTADUAIS BLOQUEIAM A ERS 330 EM IRAPUÁ. Veja vídeos...	https://rdfoco.com.br/noticia/4029/
90 – 30/09/2017	FASE DECISIVA DA COPA CMD DE FUTSAL	https://rdfoco.com.br/noticia/4078/
91 – 05/10/2017	COPA CMD DE FUTSAL DE	https://rdfoco.com.br/noticia/4159/

	REDENTORA CONHECEU OS ÚLTIMOS FINALISTAS	
92 – 08/10/2017	Brigada Militar recupera motocicleta furtada em Tenente Portela	https://rdfoco.com.br/noticia/4228/
93 – 11/10/2017	Acidente de trânsito com danos materiais é registrado em Santo Augusto	https://rdfoco.com.br/noticia/4289/
94 – 13/10/2017	FINAL DA COPA CMD DE FUTSAL EDIÇÃO 2017	https://rdfoco.com.br/noticia/4310/
95 – 18/10/2017	MOVIMENTO OUTUBRO ROSA REÚNE COMUNIDADE FEMININA NO SETOR IRAPUÁ	https://rdfoco.com.br/noticia/4414/
96 – 02/09/2017	REDENTORA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL RECEPCIONA NOVOS MÉDICOS	https://rdfoco.com.br/noticia/3504/
97 – 18/10/2017	MOVIMENTO OUTUBRO ROSA REÚNE COMUNIDADE FEMININA NO SETOR IRAPUÁ	https://rdfoco.com.br/noticia/4414/
98 – 19/10/2017	Polícia prende jovem após flagrante de roubo a residência no centro de Miraguai	https://rdfoco.com.br/noticia/4435/
99 – 30/10/2017	SICREDI Ceieiro de Redentora realizou entrega das premiações aos vencedores do 7º Concurso Cultural	https://rdfoco.com.br/noticia/4630/
100 – 03/11/2017	Comunidade do interior de Redentora vive com medo da violência	https://rdfoco.com.br/noticia/4713/
101 – 06/11/2017	Vereador de Tenente Portela é preso em frente a câmara	https://rdfoco.com.br/noticia/4775/
102 – 07/11/2017	OPERAÇÃO POLICIAL MOVIMENTA TENENTE PORTELA E REGIÃO	https://rdfoco.com.br/noticia/4779/
103 – 09/11/2017	Operação Novo Cangaço: Valdir Joaquim se apresenta à polícia e está preso	https://rdfoco.com.br/noticia/4821/
104 – 21/11/2017	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL RECEBE A VISITA DE PREFEITO E VEREADORES DE SÃO VALÉRIO DO SUL	https://rdfoco.com.br/noticia/5022/
105 – 21/11/2017	MPF/RS busca entendimento entre indígenas da Reserva de Guarita,	https://rdfoco.com.br/noticia/5038/

	em Palmeira das Missões	
106 – 31/12/2017	Comissão divulga lista de candidatos a cacique do Guarita	https://rdfoco.com.br/noticia/5703/
107 – 05/12/2017	MPF e FUNAI acertam nova eleição para escolha de Cacique do Guarita	https://rdfoco.com.br/noticia/5272/
108 – 08/12/2017	Advogado diz acreditar que Valdonês será liberto em breve	https://rdfoco.com.br/noticia/5327/
109 – 12/12/2017	Cacique Valdonês pede reintegração do cargo de vereador em Tenente Portela	https://rdfoco.com.br/noticia/5383/
110 – 28/02/2017	Detento morto em rebelião estuprou e matou a própria filha em Coronel Bicaco	https://rdfoco.com.br/noticia/185/
111 – 01/03/2017	Índigena é preso após estuprar menina de 12 anos em Ronda Alta	https://rdfoco.com.br/noticia/194/
112 – 21/03/2017	Cacique é executado a tiros no interior de Ronda Alta	https://rdfoco.com.br/noticia/453/
113 – 29/03/2017	Deflagrada operação Policial na Região	https://rdfoco.com.br/noticia/595/
114 – 30/03/2017	Campanha de vacinação contra gripe começa no dia 10 de abril	https://rdfoco.com.br/noticia/623/
115 – 16/04/2017	Rio Grande do Sul receberá mais de 4 milhões de doses contra gripe	https://rdfoco.com.br/noticia/907/
116 – 22/04/2017	Veículos da Secretaria de Saúde de Miraguaí são roubados e uma ambulância foi incendiada	https://rdfoco.com.br/noticia/976/
117 – 24/04/2017	Onda de furtos de veículos é registrada em Miraguaí	https://rdfoco.com.br/noticia/1016/
118 – 24/04/2017	Índios bloqueiam BR-386 em Iraí	https://rdfoco.com.br/noticia/1022/
119 – 28/04/2017	Mobilizações movimentam a região nesta sexta-feira	https://rdfoco.com.br/noticia/1094/
120 – 29/04/2017	Homem é baleado em Tenente Portela	https://rdfoco.com.br/noticia/1107/
121 – 10/05/2017	Dia Nacional da Vacinação contra a gripe será em 13 de maio	https://rdfoco.com.br/noticia/1351/
122 – 13/05/2017	Homem baleado em baile da entrada no Hospital de Tenente Portela	https://rdfoco.com.br/noticia/1394/
123 – 17/05/2017	Após 'Dia D', Rio Grande do Sul alcança 65% da meta de vacinação contra gripe	https://rdfoco.com.br/noticia/1474/
124 – 24/05/2017	REUNIÃO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA RESERVA INDÍGENA DO GUARITA	https://rdfoco.com.br/noticia/1614/

125 – 26/05/2017	Campanha de vacinação é prorrogada até o dia 09 de junho	https://rdfoco.com.br/noticia/1659/
126 – 01/06/2017	ERS 330 EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO	https://rdfoco.com.br/noticia/1792/
127 – 02/06/2017	Corpo de mulher é encontrado às margens da BR-386, em Frederico Westphalen	https://rdfoco.com.br/noticia/1814/
128 – 03/06/2017	JOVEM INDÍGENA É MORTO EM REDENTORA	https://rdfoco.com.br/noticia/1831/
129 – 05/06/2017	Operação Perdigueiro é deflagrada no Noroeste do Estado	https://rdfoco.com.br/noticia/1866/
130 – 08/06/2017	Chuva e ventania causam alagamentos e destelhamentos no Norte do Rio Grande do Sul	https://rdfoco.com.br/noticia/1922/
131 – 09/06/2017	Campanha de vacinação contra a gripe termina nesta sexta-feira	https://rdfoco.com.br/noticia/1954/
132 – 19/06/2017	Administração Municipal de Redentora recebe roupas e alimentos da Defesa Civil do estado	https://rdfoco.com.br/noticia/2166/
133 – 20/06/2017	Temer chega a Moscou "para abrir novos mercados e oportunidades ao Brasil"	https://rdfoco.com.br/noticia/2175/
134 – 21/06/2017	Temer e Putin assinam acordos para incentivar comércio bilateral	https://rdfoco.com.br/noticia/2207/
135 – 30/06/2017	Redentora realiza Consulta Popular 2017	https://rdfoco.com.br/noticia/2411/
136 – 03/07/2017	Indígenas retiram servidores e invadem Sesai em Passo Fundo	https://rdfoco.com.br/noticia/2470/
137 – 05/07/2017	Grupos indígenas voltam a bloquear rodovias no estado	https://rdfoco.com.br/noticia/2504/
138 – 07/07/2017	Polícia recupera em Miraguaí veículo furtado em Porto Alegre	https://rdfoco.com.br/noticia/2540/
139 – 11/07/2017	BM atende ocorrência de roubo de motocicleta no interior de Miraguaí	https://rdfoco.com.br/noticia/2638/
140 – 12/07/2017	COPA CMD DE FUTSAL EDIÇÃO 2017	https://rdfoco.com.br/noticia/2661/
141 – 20/07/2017	PREFEITO EMPOSSA A NOVA DIRETORIA DO CMD	https://rdfoco.com.br/noticia/2776/
142 – 22/07/2017	INÍCIO DA COPA CMD DE FUTSAL EDIÇÃO 2017 DE REDENTORA	https://rdfoco.com.br/noticia/2798/
143 – 24/07/2017	“Brincadeira” entre familiares deixa vítima fatal em Redentora	https://rdfoco.com.br/noticia/2835/
144 – 27/07/2017	2ª RODADA DA COPA CMD	https://rdfoco.com.br/noticia/2862/

	DE FUTSAL EDIÇÃO 2017	
145 – 29/07/2017	3ª RODADA DA COPA CMD DE FUTSAL DE REDENTORA	https://rdfoco.com.br/noticia/2898/
156 – 31/07/2017	Indígena é esfaqueado nesta manhã em Tenente Portela	https://rdfoco.com.br/noticia/2923/
157 – 01/08/2017	Agência dos Correios é alvo de assalto nesta terça-feira em Miraguai	https://rdfoco.com.br/noticia/2938/
158 – 02/08/2017	4ª RODADA DA COPA CMD DE FUTSAL	https://rdfoco.com.br/noticia/2949/
159 – 05/08/2017	5ª RODADA DA COPA CMD DE FUTSAL	https://rdfoco.com.br/noticia/2990/
160 – 10/08/2017	Definidas as premiações da Copa CMD de Futsal Edição 2017	https://rdfoco.com.br/noticia/3104/
161 – 19/08/2017	9ª RODADA DA COPA CMD DE FUTSAL EDIÇÃO 2017	https://rdfoco.com.br/noticia/3247/
162 – 23/08/2017	Desmatamento na Amazônia cai 21%, mas aumenta 22% em unidades de conservação	https://rdfoco.com.br/noticia/3311/
163 – 23/08/2017	10ª RODADA DA COPA CMD DE FUTSAL EDIÇÃO 2017	https://rdfoco.com.br/noticia/3314/
164 – 24/08/2017	Quatro municípios da região aguardam profissionais do programa ‘Mais Médicos’	https://rdfoco.com.br/noticia/3338/
165 – 30/08/2017	12ª RODADA DA COPA CMD DE FUTSAL	https://rdfoco.com.br/noticia/3442/
166 – 02/09/2017	Redentora administração municipal recebe novos médicos	https://rdfoco.com.br/noticia/3504/

ANEXO II – RECORTE DAS NOTÍCIAS SELECIONADAS

Notícia 1 – Grupo Chiru 16/08/2017

ARQUIVO

Atualizado em 16/08/2017 às 07:41

Iraí - Índios bloqueiam BR386 próximo a divisa com SC



Indígenas estão bloqueando a BR-386, na altura do quilômetro 1, no município de Iraí, no local onde rotineiramente acontecem as manifestações dos indígenas.

Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF), posto de Seberi, a paralisação total do tráfego de veículos iniciou por volta das 9 horas desta terça-feira, 15. Durante a manhã, segundo a PRF, formaram-se filas de cerca de cinco quilômetros nos dois sentidos.

Após uma hora de liberação parcial da via, a pista voltou a ser fechada às 14 horas e assim permaneceu até às 18h30min. Novos bloqueios estão ocorrendo nesta quarta-feira, 16, quando ocorrem os julgamentos de processos relativos às terras indígenas que acontecem no Supremo Tribunal Federal (STF), e que são peça-chave da tese do “marco temporal”, que, em síntese, consiste no estabelecimento do ano de promulgação da Constituição de 1988, como referência de ocupação do território para fins de demarcação de terras indígenas.

O Alto Uruguai Jornalismo Grupo Chiru Comunicações

Fonte: (Grupo Chiru Comunicações, 2017, captura de tela dos autores).¹³

13 Disponível em: <<https://www.grupochiru.com/noticias/irai-indios-bloqueiam-br386-proximo-a-divisa-com-sc/>>. Acesso em 11 nov. 2022

Notícia 2 – Grupo Chiru 13/09/2017

ARQUIVO

Atualizado em 13/09/2017 às 16:17

Iraí - Indígenas que bloqueavam BR386 encerram manifestação e trânsito é liberado



Um grupo de aproximadamente cem indígenas realizou na manhã desta quarta-feira, 13 de setembro, protesto no km 1 da BR 386, em Iraí, que fica aproximadamente 80 quilômetros de Tenente Portela.

Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o grupo pedia a revogação da portaria 683 da Advocacia Geral da União (AGU) que, segundo os manifestantes, pode afetar os processos de demarcação de terras indígenas.

Em negociações com a PRF, o protesto terminou por volta das 13h da tarde e a rodovia foi liberada.

portelaonline.com.br

Jornalismo Grupo Chiru Comunicações

Fonte: (Grupo Chiru Comunicações, 2017, captura de tela dos autores).¹⁴

14 Disponível em: <<https://www.grupochiru.com/noticias/irai-indigenas-que-bloqueavam-br386-encerram-manifestacao-e-transito-e-liberado/>>. Acesso em: 11 nov. 2022

Notícia 3 - Rdfoco 15/08/2017

TRÂNSITO / BR-386 BLOQUEADA

Indígenas bloqueiam BR- 386, em Iraí

Indígenas estão bloqueando a BR-386, na altura do quilômetro 1

15/08/2017 às 13h08

Por: / Fonte: AU e PRF

Compartilhe:



Foto: Daiane Binello/Arquivo AU

Indígenas estão bloqueando a BR-386, na altura do quilômetro 1, no município de Iraí, no local onde rotineiramente acontecem as manifestações dos indígenas. Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF), posto de Seberi, a paralisação total do tráfego de veículos iniciou por volta das 9 horas desta terça-feira, 15. Equipes da PRF acompanham a manifestação.

A liberações dos veículos está prevista para às 13 horas e em seguida o trânsito volta a ser bloqueado. A pauta da manifestação, são reivindicações dos povos indígenas.

Com informações do AU e PRF.

Fonte: (RDFoco Notícias, 2017, captura de tela dos autores).¹⁵

Notícia 4 - Rdfoco 15/08/2017

Ronda Policial / BR-386 BLOQUEADA

INDÍGENAS BLOQUEIAM BR-386 EM IRAÍ

Indígenas bloqueiam BR-386

13/09/2017 às 12h26

Por: / Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Compartilhe:



Foto: PRF/Divulgação

A PRF acompanha o bloqueio da BR 386, km 01, em Iraí, que ocorre desde a manhã desta quarta-feira (13).

Os policiais negociam com o cacique que, até o momento, não sinaliza liberação da rodovia. Os indígenas requerem que o governo federal revogue a portaria 683.

A PRF orienta a motoristas que se informem sobre o trajeto de suas viagens.

Fotos:Créditos PRF

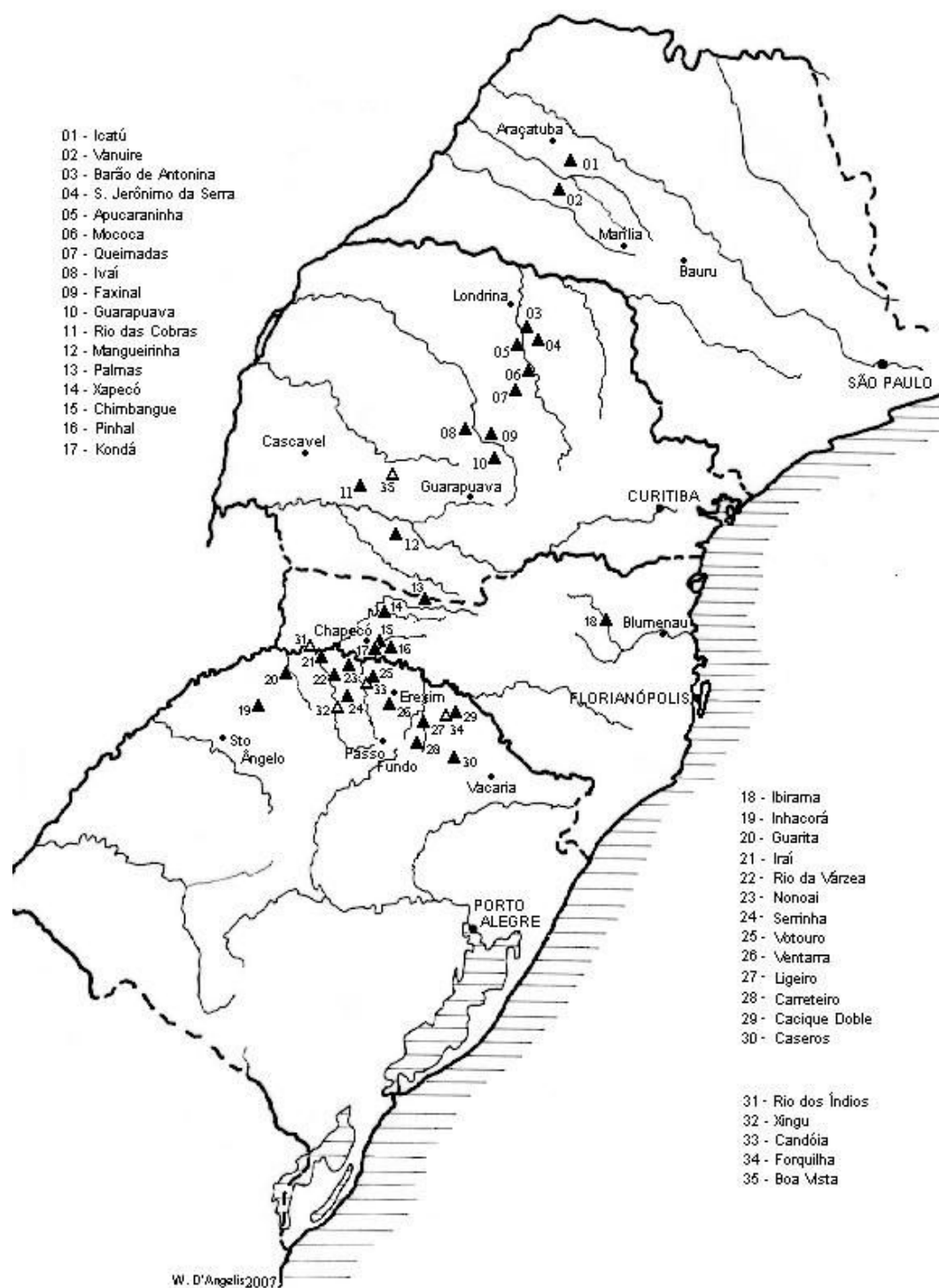
Fonte: (RDFoco Notícias, 2017, captura de tela dos autores).¹⁶

15 Disponível em: <<https://rdfoco.com.br/noticia/3187/>>. Acesso em: 12 nov. 2022

16 Disponível em: <<https://rdfoco.com.br/noticia/3710/>>. Acesso em: 12 nov. 2022

ANEXO III – MAPAS

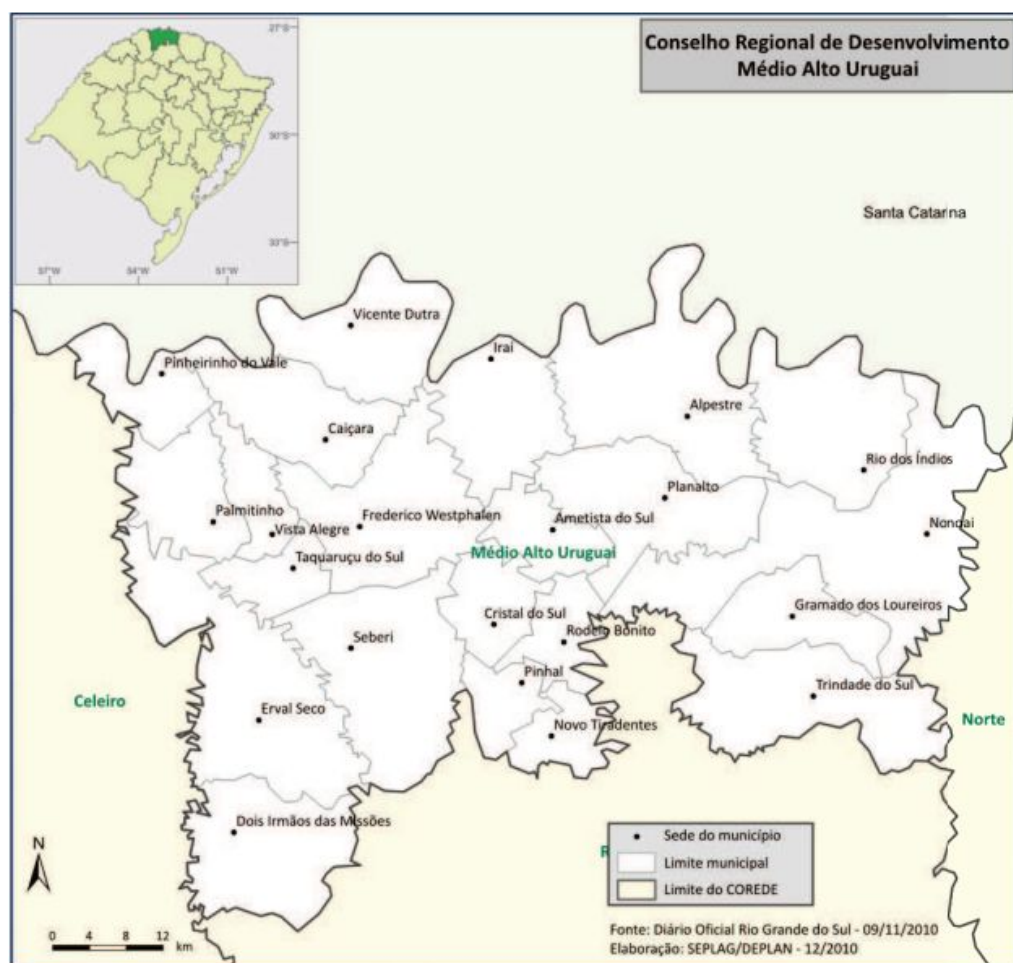
Mapa 1 – Áreas Kaingangs Sul Brasileiras



Fonte: (Portal Kaingang).¹⁷

17 Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_mapa_geral_g.htm>. Acesso em: 27 mar. 2023

Mapa 2 – Região Médio Alto Uruguaí



Fonte: (COREDE, 2010, captura de tela dos autores).¹⁸

18 Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134133-20151117102639perfis-regionais-2015-medio-alto-uruguai.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023